



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS DE PORTO NACIONAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**HIGOR ROZETTE VICENTE GUIMARAES**

**Brasil e China: a trajetória do comércio de minério de ferro durante os governos de  
Dilma Rousseff e Michel Temer.**

**Porto Nacional/TO**

**2023**

**HIGOR ROZETTE VICENTE GUIMARÃES**

**Brasil e China: a trajetória do comércio de minério de ferro durante os governos de  
Dilma Rousseff e Michel Temer.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. O Dr. Fernando Furquim de Camargo

Porto Nacional/TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

RS93b Rozette Vicente Guimarães, Higor.

Brasil e China: a trajetória do comércio de minério de ferro durante os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. / Higor Rozette Vicente Guimarães. – Porto Nacional, TO, 2023.

84 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.

Orientador: Fernando Furquim de Camargo

1. Relações sino-brasileiras. 2. Análise de política externa. 3. Governo brasileiro. 4. Minério de ferro. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**HIGOR ROZETTE VICENTE GUIMARÃES**

**Brasil e China: a trajetória do comércio de minério de ferro durante os governos de  
Dilma Rousseff e Michel Temer.**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais foi avaliado para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Professor Dr. Fernando Furquim de Camargo, UFT

---

Professor Dr<sup>a</sup>. Fabiana Scoleso, UFT

---

Professor Dr<sup>a</sup>. Gleys Ially Ramos dos Santos, UFT

Dedico esta obra à minha mãe Valéria e ao meu pai Edimar, pois foram eles que me deram sustento emocional e financeiro, para continuar a faculdade, e para chegar ao fim da jornada acadêmica. Mostraram-me, sempre, que quem persiste consegue o que deseja, é por isso que eu nunca desisti dos meus sonhos. Importante, dedicar também, ao melhor professor e ao mais divertido que tive na faculdade, meu orientador Fernando Camargo.

## AGRADECIMENTOS

O verbo agradecer no dicionário “mostrar ou manifestar gratidão, render graças”, e com isso irei demonstrar a minha gratidão a todos que estiveram comigo nesses quatro anos de vida acadêmica, quando concluo o curso e a monografia. Foi uma difícil decisão na escolha do curso de Relações Internacionais, mas em algum lugar dentro de mim havia a certeza de que estava fazendo a escolha certa. Ao iniciar o curso, percebi as dificuldades, mas mesmo assim eu persisti e continuei olhando para frente com o apoio da minha família, amigos e pessoas especiais que sempre me transmitiram força para lutar pelos meus sonhos. Serei eternamente grato a essas pessoas, jamais esquecerei do que cada um fez por mim durante toda essa jornada.

Em uma ordem cronológica quero salientar todos que me ajudaram nessa caminhada e em deixar a vida em Porto Nacional muito mais divertida, amigos que ao fim desse ciclo posso dizer que foram uma família para mim.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais por sempre acreditarem em mim e me manterem morando longe deles, me ajudando nesse desafio de morar fora e sozinho me dando a oportunidade de me tornar uma pessoa melhor. Minha mãe, minha rainha, que mesmo longe sempre esteve presente, e o meu pai, o meu herói, que não mediu esforços nas idas e vindas do Tocantins para o Pará, sempre tentou se fazer presente e me ajudou. Eu amo vocês, muito obrigado.

No primeiro ano da faculdade, como um calouro logo me deparei com veteranos, que me ajudaram a ser disciplinado em relação ao curso, e tudo que vivi foi de grande aprendizado, as amizades que fiz vou levar para vida e no meu coração para sempre. Nesse mesmo ano já me deparei com os professores Fernando Camargo e Fabiana Scoleso, que me ensinaram a importância da vivência da Universidade e acreditaram no tema da minha pesquisa. Fernando em específico, que desde o princípio começou a me direcionar tornando-se meu orientador da minha monografia e do PIVIC.

Nessa reta final quero demonstrar os meus agradecimentos aos meus amigos, os que posso chamar de minha família. O fiel amigo James Dean, que divide casa comigo, aquele que sempre me auxiliou no que precisava, só agradeço meu mano. As minhas amigas Welyda De Araújo e Erica Corado, e também o Levi Manoel. Vocês estão no meu coração e espero que continuemos amigos para toda a vida.

O meu agradecimento mais amoroso, vai para Sophia Pereira, a minha namorada e o meu estímulo final para terminar logo esse curso e ir atrás de conquistar o mundo, para construir uma linda vida ao seu lado

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

'Seja a mudança que você quer ver no mundo' - Mahatma



## RESUMO

Este trabalho trata das relações comerciais e políticas mantidas entre Brasil e China, no marco temporal estabelecido nos anos de 2011 a 2018. As relações bilaterais sino-brasileiras são importantes para a economia de ambos os países, sendo a China a maior exportadora e importadora do Brasil, e essas parcerias existem desde a década de 70. Tendo em vista o fato de os chineses serem o principal destino das exportações brasileiras, as commodities exportadas são a base da balança comercial brasileira e uma das sustentações do PIB brasileiro. A pesquisa dedica-se a apresentar uma análise das exportações da commodity minério de ferro para a China, utilizando-se também o recorte temporal dos anos de 2011 a 2018, no decorrer dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Para tal realização serão analisados dados de exportação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e The World Bank (Banco Mundial), além de explorar a produção bibliográfica de outros autores de relevância sobre o tema.

**Palavras-chave:** Relações sino-brasileiras; Análise de política externa; Governo brasileiro; Minério de ferro.

## **ABSTRACT**

This work approach with the commercial and political relations maintained between Brazil and China, in the time frame established in the years 2011 to 2018. Sino-Brazil bilateral relations are important for the economy of both countries, with China being the largest exporter and importer of the Brazil, and these partnerships have existed since the 1970s. Considering the fact that the Chinese are the main destination for Brazilian exports, exported commodities are the basis of the Brazilian trade balance and one of the pillars of the Brazilian GDP. The research is dedicated to presenting an analysis of exports of the iron ore commodity to China, also using the time frame of the years 2011 to 2018, in the process of the governments of Dilma Rousseff (2011-2016) and Michel Temer (2016-2018). For such accomplishments, export data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), data from the Ministry of Industry, Foreign Trade and Services (MDIC), and The World Bank will be analyzed, in addition to exploring the bibliographic production of other sex authors on the topic.

**Keywords:** Sino-brazilian relations; Foreign policy analysis; Brazilian government; Iron ore.

## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: PIB do Brasil (1990-2020) e o PIB da China (1992-2020).....	31
Gráfico 2: Exportações do Brasil ao Mundo (1990-2020), Exportações da China ao Mundo (1992-2020).....	32
Gráfico 3: Balança Comercial do Brasil, Exportações e Importações Do Brasil ao Mundo (1990-2020).....	34
Figura 1: Países do Sul Global.....	47
Gráfico 4: Inflação Brasileira (2003-2012).....	51
Gráfico 5: Inflação Brasileira (2011-2016).....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participação do Brasil e da China no Mercado Mundial (1990-2003).....	30
Quadro 2: Balança Comercial do Brasil (2011-2014). ....	53
Quadro 3: Exportações ao Brasil ao Bloco Da Ásia em específico a China(2011-2014). 54	
Quadro 4: Balança Comercial Do Brasil (2015-2016) .....	62
Quadro 5: Exportações do Brasil ao Bloco da Ásia em específico a China(2015-2016). 63	
Quadro 6: Balança Comercial (2017-2018).....	67
Quadro 7: Exportações para Ásia/China (2017 - 2018).....	67
Quadro 8: Porcentagem de Exportações de Minérios de Ferro entre Brasil-China(2015-2018). ....	73
Quadro 9: Preços Médios do Ferro (2011-2018). ....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM	Agência Nacional de Mineração
BC	Banco Central
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CSS	cooperação sul-sul
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellites.
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	China National Petroleum Corporation
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FOCAC	Forum on China-Africa Cooperation
FMI	Fundo Monetário Internacional
FGV	Fundação Getulio Vargas
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
IED	Investimento estrangeiro direto
IPCA	Índice de preços no consumidor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Plano de Ação Conjunta
PIB	Produto interno bruto
PEB	Política Externa brasileira
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PT	Partido dos Trabalhadores
PCC	Partido Comunista da China
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RPC	República Popular da China
SINOPEC	China Petroleum & Chemical Corporation

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZEEs Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA(1970-2010).....</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>Brasil e China: início das relações políticas e as suas evoluções.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>Panorama comercial do Brasil e China (1990-2020) .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3</b>	<b>As relações sino-brasileira após os anos 2000.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>CHINA EM BUSCA DE RECURSOS NATURAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>China e as suas estratégias: política e comercial.....</b>	<b>42</b>
<b>3.2</b>	<b>A cooperação sul-sul .....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>OS FLUXOS COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA (2011-2018).....</b>	<b>48</b>
<b>4.1</b>	<b>O primeiro mandato da Dilma Rousseff.....</b>	<b>49</b>
<b>4.2</b>	<b>Continuidade da Dilma Rousseff.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3</b>	<b>O Governo do Michel Temer.....</b>	<b>64</b>
<b>4.4</b>	<b>O mercado sino-brasileiro do minério de ferro (2011-2018).....</b>	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE A – FONTES E DADOS ECONÔMICOS .....</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dispõe a apresentar uma análise das políticas externas das relações políticas e comerciais entre Brasil e China, no período de 2011 a 2018, dos governos dos presidentes Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018). O estudo da relação entre os países nesses períodos de estabelecidos irá abordar a evolução e avanço nas relações econômicas entre os países, apoiando-se em dados para auxiliar os fluxos comerciais das balanças de exportações e importações entre os países.

A pesquisa irá se concentrar, mais especificamente, em uma análise descritiva dos balanços econômicos das exportações do produto minério de ferro e nos motivos de alta e baixa em seu fluxo comercial entre os dois países. Além disso, a pesquisa objetiva demonstrar como as variações foram manejadas desde a perspectiva das políticas econômicas externas de ambos os mandatários.

As relações políticas e comerciais entre Brasil e China começaram na década de 70, tendo a sua fase embrionária ocorrido ainda em 1961, com a visita do Vice-Presidente João Goulart<sup>1</sup>, à época o 14º Vice-Presidente (1956 - 1961), à China, a primeira até então. O estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China ocorreu em 1974, com relações mais para o âmbito diplomático e com o passar do tempo as relações foram evoluindo para o âmbito comercial, tendo em vista que desde 2009 a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil.

Desde seu início as relações sino-brasileiras apresentam cooperação no plano político-estratégico e visam uma ação conjunta direcionada à produção de tecnologia, e assim foram se intensificando para o âmbito comercial principalmente no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

No que se refere ao Brasil, é o maior país da América Latina, de acordo com o censo de 2022 com 207,8 milhões de habitantes (IBGE, 2022)<sup>2</sup>, o país é considerado uma potência regional<sup>3</sup> e potência média<sup>4</sup> no mundo, também é classificada como uma potência global

---

<sup>1</sup> Brasil, CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. "JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART." CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart). Acesso em 28 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> De acordo com o IBGE (2022), disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Brasil\\_e\\_UFs.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf). Acesso às 13h40min em 19 de maio de 2023.

<sup>3</sup> As potências regionais são consideradas os países que detêm capacidades superiores vis-à-vis seus vizinhos, sem, contudo, conseguirem verdadeiramente projetar seu poder em nível global (BUZAN, 2011)

<sup>4</sup> "Maria Regina Soares de Lima (2013), em sua tese de doutorado "The political economy of brazilian foreign policy", realiza também uma análise das "potências médias" apontando especificidades da sua ação externa. A



emergente. A China, maior país da Ásia Oriental, com 1,378 bilhão de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2016)<sup>5</sup>, é considerada a maior economia mundial em poder de compra e a segunda potência mundial com PIB de aproximadamente 14,69 trilhões USD (BANCO MUNDIAL, 2020)<sup>6</sup>.

O país que era empobrecido, focado na sociedade rural e voltado para ele mesmo, começou a mudar a partir de 1978 com o comando do Partido Comunista e início da reforma econômica. Segundo Pecequillo e Carmo (2014, p. 42) “como resultado da preservação de sua agenda política e incremento de seu poder econômico, a China atravessou significativa década de modernização, urbanização e desenvolvimento, emergindo como uma potência global no início do século XXI”.

A partir do estabelecimento na década de 70, as relações sino-brasileiras se aprofundaram, com maior frequência de visitas, como a do presidente João Baptista Figueiredo<sup>7</sup> (1989 - 1985), que foi o primeiro presidente do Brasil a visitar o território chinês, em 1984 e quatro anos depois foi sucedida pela visita do Presidente José Sarney (1985 - 1990), em 1988. O maior feito diplomático desta década entre os países foi a criação do programa CBERS – China-Brazil Earth Resources Satellites<sup>8</sup>.

No começo do século XXI a China já estava em outro patamar no cenário global, segundo Becard (2011, apud AMARAL, 2011) “em 2010, a China foi o principal mercado para as exportações brasileiras e o principal investidor no Brasil. Enquanto as exportações atingiram US\$ 30 bilhões, as importações elevaram-se a US\$ 26 bilhões”. Os maiores feitos dessa década ocorreram no ano de 2009, o início do século XXI trouxe uma evolução para a

---

autora sustenta que certos países, antes pertencentes ao Terceiro Mundo, entre eles Brasil, passam a obter destaque no cenário internacional a partir da sua crescente integração à economia mundial, da sua crescente participação nos fluxos comerciais e financeiros e do aprofundamento do seu processo de industrialização. Este grupo de países, denominado pela autora como “potências médias”, “países recentemente industrializados” ou “potências emergentes”, formulam um tipo de inserção internacional particular” (RUTES, 2016, p. 223).

<sup>5</sup> De acordo com o Banco Mundial (2016), disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/subnational-population?savedlg=1&l=en>. Acesso às 13h47min em 19 de maio de 2023.

<sup>6</sup> De acordo com o Banco Mundial (2020), disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/subnational-population?savedlg=1&l=en>. Acesso às 13h55min em 19 de maio de 2023.

<sup>7</sup> Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. Biblioteca. Disponível em: [www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo). Acessado em 28 de setembro de 2022

<sup>8</sup> Programa CBERS – China-Brazil Earth Resource Satellites: Na tentativa de reverter esse contexto, os governos do Brasil e da China assinaram em 06 de Julho de 1988 um acordo de parceria envolvendo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) para o desenvolvimento de um programa de construção de dois satélites avançados de sensoriamento remoto, denominado Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). Disponível em: <http://www.cbears.inpe.br/sobre/historia.php>. Acesso às 10h22min em 22 de maio de 2023.

relação bilateral e a parceria estratégica global Brasil-China, as relações sino-brasileiras apresentaram novos caminhos, para contribuir tanto com o avanço no processo de expansão do capitalismo mundial no leste asiático, quanto para as novas maneiras de política externa do Brasil e da China (BECARD, 2011).

No contexto das relações entre os países, o Brasil exporta milhões de *Commodities* para a China, nesta pesquisa a escolha para análise das exportações foi o produto minério de ferro. O Ferro é um dos elementos mais abundantes e um dos recursos minerais mais explorados no mundo. Quanto aos atributos químicos, é importante para a indústria siderúrgica, uma vez que o minério de ferro com maior teor exige uma menor quantidade de calor para ser processado nos altos fornos, o que economiza energia e reduz a emissão de gases na atmosfera.

A produção mundial de minério de ferro tem como destino a indústria siderúrgica para a produção de ferro e de aço. O mercado de produtores de minério de ferro é muito concentrado, e podemos ver que os minérios de ferro são distribuídos principalmente na Austrália, Brasil, Rússia, China e Índia. Contudo, os países mais ricos em minério de ferro não são exatamente os maiores consumidores de minério de ferro. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM, 2013) cerca de 99,0% do minério de ferro que é produzido é utilizado na fabricação de aço e ferro fundido. Outras aplicações são as indústrias de ferroligas e cimento.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2015), o território brasileiro possui uma grande extensão com amplas fronteiras, tanto terrestres, quanto marítimas. Por esse fato, o Brasil é considerado um país com dimensões continentais, além de possuir uma grande diversidade geológica favorável à existência de jazidas de diversos minerais. Para a economia mineral brasileira, a indústria da mineração do ferro tem grande importância econômica, por ter grande destaque no mercado mundial de minério de ferro com reservas abundantes, além de possuírem excelente qualidade.

Para uma melhor compreensão do avanço no comércio do minério ferro, cabe expor informações e valores desse mercado, os dados anteriores ao século XXI,

A produção de minério de ferro, cujo valor estimado na mineração em 1994 foi de 1,85 US\$ bilhão, representa cerca de 16% da produção mineral brasileira, constituindo-se no mais importante bem mineral produzido no país, à exceção do petróleo. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, a China, e divide com a Austrália a liderança das exportações de minério de ferro. As exportações brasileiras em 1994 - 125 milhões de toneladas - renderam US\$ 2,29 bilhões, representando 20,8% do total das exportações de produtos básicos. (ANDRADE; CUNHA; VIEIRA. BNDES Setorial 1996).

Os dados mais recentes da produção de minério de ferro e as exportações apontam que,

O fluxo internacional de minério de ferro, que se desenvolveu muito com o crescimento chinês a partir do início da década passada, mantém-se crescendo a taxas significativas mesmo depois da crise de 2008. Entre 2007 e 2012, o crescimento acumulado foi de 42%, chegando a quase 1,2 milhão de toneladas ao ano, o que se deve à manutenção da taxa de crescimento econômico chinês no período. Enquanto o crescimento na importação mundial no período foi de 343 milhões de toneladas, o crescimento na importação chinesa foi de 362 milhões de toneladas. Portanto, o país não apenas aumentou suas importações do produto como ainda compensou parte da queda de importação ocorrida em outros importantes importadores, como o Japão e a Europa (CARVALHO, P. S. L. et al. 2014).

É um fato então, a evolução do mercado do minério de ferro no Brasil, tendo em vista o crescimento das exportações e também com a China sendo o principal destino dessas exportações, no ano de 2022 a participação dos chineses foi de 63% (COMEXSTAT, 2022), neste mesmo ano o Minério de Ferro está na 3ª posição do ranking dos produtos mais exportados pelo Brasil, com a participação de 8,7% (COMEXSTAT, 2022). Demonstrando assim, a sua importância para a economia brasileira.

A pesquisa se justifica uma vez que esse assunto é de interesse na esfera profissional e para acadêmicos de relações internacionais, e outros cursos que possam auxiliar o assunto. No âmbito profissional ao que diz respeito à análise da economia e política externa dos governos e dos países analisados nessa pesquisa, para a área das Relações Internacionais o tema da pesquisa trata sobre a globalização, cooperação sul-sul, as relações políticas e econômicas entre o Brasil e China, além das análises do comércio de minério de ferro do Brasil com a China.

Diante desse quadro, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise das relações comerciais entre o Brasil e a China, no qual será usado as exportações do minério de ferro para a China como objeto final de análise. Além disso, será analisada a balança comercial entre os dois países. O recorte temporal utilizado será os anos de 2011 a 2018 dos governos dos presidentes Dilma e Temer. Nos objetivos específicos será enfatizado as explicações de maior proximidade da China com o Brasil nos períodos anteriores ao recorte temporal escolhido. Além disso, na parte do minério de ferro demonstraremos as explicações das volatilidades e as instabilidades no âmbito dos fluxos comerciais das exportações do Brasil para a China, em cada governo trabalhado na pesquisa.

Neste trabalho foram utilizados dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e documental, usando como referência Antonio Carlos Gil. De acordo com o Gil (1994) “a pesquisa

bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1994, p. 27). Gil (1991) define o método documental “a pesquisa documental vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 1994, p. 29).

Deste modo, serão analisados sites de portais do governo brasileiro, revistas científicas, relatórios de dados de importação e exportação, e relatórios de dados exploração e exportação do minério de ferro, leis aprovadas no Brasil que serão necessárias para a argumentação do texto, os estatutos e normas técnicas das empresas citadas neste trabalho, as estatísticas das economias do governo brasileiro e chinês, etc. Nesse sentido, serão utilizadas fontes primárias e secundárias, tendo em questão que as fontes primárias são a base deste trabalho. Opta-se por utilizar esses métodos científicos pois estes demonstram mais eficiência para o desenvolvimento e conclusão do trabalho. Ademais, este trabalho será conduzido por uma metodologia qualitativa-quantitativa de caráter analítico.

Pesquisa essa feita através de artigos, documentos, método bibliográfico, bancos de dados governamentais e sites governamentais. O levantamento dos dados e informações para análise fará uso os dados sobre o Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), dados de exportação e importação da China e Brasil, o banco de dados do The World Bank (Banco Mundial), os portais brasileiros de banco de dados *Comex Stat*<sup>9</sup> e *Comex Vis*<sup>10</sup> do site do Ministério da Economia, das seções Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade e Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Usando também o portal de bancos de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) e que anteriormente era o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no qual foram utilizados os relatórios minerais separados por semestres, e os gráficos gerados por esse portal citado.

Para atingir os objetivos deste estudo, o trabalho situa-se no campo da Análise de Política Externa (APE) e irá ser alinhado com a Teoria Marxista da Dependência (TMD). A teoria da dependência se desenvolveu na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, com o intuito de compreender as características estruturais dos países inseridos, tardiamente, no sistema capitalista de produção (CARIO; GOMES e SIGAÚQUE, 2019), para explicar tal teoria terá como base os pensamentos Marxistas de Ruy Mauro Marini.

---

<sup>9</sup> GOVERNO FEDERAL, MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EXTERIOR E SERVIÇOS. “ESTADO COMEX.” Comex Stat, Disponível em: [comexstat.mdic.gov.br/pt/home](http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home). Acesso em 6 de setembro de 2022.

<sup>10</sup> GOVERNO FEDERAL, MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EXTERIOR E SERVIÇOS. “ESTADO COMEX.” Comex Vis, Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em 6 de setembro de 2022.

A Análise de Política Externa (APE) é atualmente uma área de estudo amplamente estabelecida no campo das Relações Internacionais (RI). No âmbito da APE, FIGUEIRA (2009) observa que a política externa, embora voltada para o exterior, não está dissociada da dimensão doméstica. Portanto, a atuação de um Estado no cenário internacional é também determinada por várias variáveis e fatores internos.

A política externa, como explicado por Henrique Altemani de Oliveira, Professor de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, representa os interesses e objetivos do Estado no âmbito internacional. OLIVEIRA (2005) afirma que a política externa é uma das áreas das RI, com ênfase maior no papel do Estado.

O conceito de política externa, conforme definido por Manfred Wilhelmy (1988), abrange o conjunto de atividades políticas em que cada Estado busca promover seus interesses perante outros Estados. Outro autor, RUSSELL (1990), amplia esse conceito, considerando a política externa como uma área específica da ação política dos governos, com três dimensões analiticamente distinguíveis: política diplomática, militar-estratégica e econômica. Essas dimensões projetam-se no âmbito externo em relação a uma variedade de atores e instituições governamentais e não governamentais, tanto no plano bilateral quanto multilateral.

Assim, a política externa atualmente envolve interações entre Estados e a participação de organizações não governamentais, empresas e grupos sociais. A política externa de um país está intrinsecamente ligada à atuação do Estado na defesa dos interesses dessas instituições. Na dinâmica de poder do sistema internacional, que envolve os interesses de diferentes Estados, tanto em níveis bilaterais quanto multilaterais, é sempre necessário ponderar as realidades internas e externas, a fim de conectar as necessidades internas às possibilidades externas.

Em relação a teoria da dependência se baseia em buscar entender as relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou, os também chamados, países do centro e da periferia do sistema capitalista. Tal relação seria a dependência que um país tem com o outro, essa dependência para Marini, é quando os países centrais do sistema capitalista passam a forçar os países periféricos a se especializarem na produção de bens-primários, com o objetivo de exportá-los e abastecer suas indústrias.

Assim, segundo Marini (1973), entende-se por dependência, “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

O autor cita também que a divisão internacional do trabalho (DIT) representou a consolidação da dependência, configurada de modo a determinar um desenvolvimento específico para a América Latina, a fim de manter a relação de dependência, de tal modo que para ele a estrutura econômica de cada país latino-americano é desenvolvida no sentido de manter a dependência, não de superá-la (RODRIGUES, 2015, p. 5).

Dando continuidade nesse ponto da consolidação da dependência e da DIT, para o autor, a inserção da América Latina no sistema internacional resultou em mudanças no processo de acumulação de mais-valia pelos países mais industrializados, tal processo se deu porque a oferta de bens primários provenientes da região levou à redução dos preços desses produtos, que são considerados bens-salários, por sua vez, influenciou a redução do valor da força de trabalho necessária para gerar mais-valia, assim, a acumulação passou a estar vinculada ao aumento da produtividade, em vez da obtenção de mais-valia absoluta (OLIVEIRA; ARAÚJO; MENDES, 2021).

Portanto, torna-se evidente a necessidade de utilizar Análise de Política Externa (APE) e as contribuições da Teoria das Dependências (TMD) para embasar a análise sobre a dependência comercial do Brasil em relação à China, onde o governo brasileiro se encontra em uma posição subalterna. Em virtude dessa relação de intercâmbio comercial entre os dois países, o Brasil assumiu um papel de destaque como fornecedor de commodities (produtos básicos não industrializados de alcance global) para a China. Como resultado, o foco principal do Brasil tem sido a exportação de matérias-primas e a importação de produtos finais, o que cria uma dependência do país em relação a outras nações.

Nos capítulos subsequentes deste estudo, será demonstrado de que maneira as exportações e importações para a China se tornaram elementos fundamentais para que a economia brasileira alcance um superávit. Em outras palavras, caso não houvesse um mercado externo para a aquisição dessas matérias-primas, o país provavelmente enfrentaria sérias dificuldades, principalmente devido à carência de mão de obra qualificada. Além disso, serão analisados e discutidos os períodos de declínio nas exportações e importações para a China e de que forma isso afetou a economia brasileira. Consequentemente, a dependência excessiva da China como parceiro comercial pode acarretar desequilíbrios econômicos para o Brasil, incluindo a concentração de exportações, a vulnerabilidade do setor industrial, o desequilíbrio na balança comercial e o impacto cambial.

Essa teoria contribuirá para a compreensão da crescente influência chinesa na América Latina e da forma como se desenvolveu a relação comercial com o Brasil, resultando na China se tornando o principal parceiro comercial. Nessa dinâmica, destacar a

persistência da dependência brasileira em relação a outra nação, com o Brasil frequentemente ocupando uma posição subordinada e inferior na relação comercial, Isso é evidenciado atualmente pela relevância das exportações de commodities brasileiras para a China, remetendo-nos aos séculos passados, especialmente ao período colonial brasileiro, quando o país era utilizado para a extração de matérias-primas destinadas aos portugueses.

É importante destacar que neste trabalho, não seguimos a abordagem de dedicar um único capítulo para fundamentação teórica. Em vez disso, as teorias relevantes estão dispersas ao longo de todo o trabalho e são utilizadas conforme necessário para as análises. Isso torna o uso da teoria mais dinâmico e permite que as argumentações desenvolvidas sejam facilmente compreendidas, ao mesmo tempo em que mantém uma conexão clara entre a temática do trabalho e as teorias.

Além desta introdução, para situar o leitor do que virá pela frente, este trabalho divide-se em três capítulos e, por fim, as considerações finais. O primeiro capítulo é uma abordagem para estruturar o leitor para compreensão do trabalho em geral. Assim, fica responsável por trazer a trajetória de acontecimentos relevantes para esse trabalho sobre as relações iniciais do Brasil e China, de modo que irá ser relatado trechos necessários da história anterior e após esses países firmarem acordos e tratados políticos, e tendo em vista que serão explanadas as diferenças dos indicadores econômicos antes e depois da melhoria das relações entre os países. Além disso, será exposto a maneira que as relações mudaram após os anos 2000, e a China ao se tornar o principal parceiro comercial do Brasil no ano de 2009.

O segundo capítulo se propõe a analisar as causas da China ter aumentado os investimentos para os países do sul global, quais eram as necessidades dos chineses, a estratégia usada pelo Partido Comunista da China (PCC), e as consequências para eles e o nosso foco no Brasil. O último ponto deste capítulo tratará da cooperação sul-sul e a demonstração dos interesses dos chineses com a América do Sul, principalmente o Brasil.

O terceiro capítulo irá conter a trajetória histórica e análise dos dois períodos no qual o trabalho estará dividido, assim é exposto historicamente o primeiro mandato (2010-2014) da Dilma, bem como seu segundo mandato (2015-2016), interrompido na metade quando houve a sua destituição.

Temer, portanto, governa até o final de 2018. Nesse contexto, os dados econômicos irão ser analisados, exemplo são os balancetes dos fluxos comerciais, das exportações gerais e em específico para a China. Além disso, o foco principal do trabalho no qual é explicado a trajetória e a história do comércio do minério de ferro no Brasil, e a modo de exportações

desse produto, com isso é explicada a causa da diminuição no fluxo comercial de exportações dessa *commodity*, e em outro período explícito no trabalho, houve o aumento desse fluxo em questão.

As considerações finais do presente trabalho, por sua vez, têm o intuito de trazer o objetivo geral e explicar a relação das inconstâncias nas balanças comerciais de exportações entre o Brasil e a China, especificamente o *commodity* minério de ferro.



## **2 RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA (1970-2010)**

Este primeiro capítulo irá retratar a trajetória das relações políticas e econômicas entre o Brasil e a China desde seu início até o final do governo Lula em 2010. Enfatiza-se, deste modo, como estas relações evoluíram até chegarem ao patamar em que a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil em 2009. Sendo assim, serão detalhados fatores essenciais para a argumentação que será desenvolvida neste trabalho.

As relações diplomáticas Brasil-China iniciaram-se em 1974, como já abordado anteriormente. No entanto, apesar de um maior foco diplomático em seus primórdios, evoluíram de maneira a abranger fortemente a área comercial. Com isso, como já mencionado, em 2009 a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil.

Assim, as relações sino-brasileiras de início eram voltadas majoritariamente para o espectro político e almejavam cooperar na produção de tecnologia. Nas décadas seguintes, portanto, essas relações se intensificaram de modo a abranger o comércio entre os dois países, principalmente no governo do Luiz Inácio Lula da Silva, quando atingiu o seu ápice.

### **2.1 Brasil e China: início das relações políticas e as suas evoluções**

É importante, entretanto, antes de tratar mais profundamente da evolução das Relações Brasil-China, compreender o caminho traçado pelo país asiático para alcançar a tamanha relevância que atualmente ele tem no SI, sendo um dos principais *players* da arena internacional. Entender as relações internacionais do século XXI sem analisar a China é uma tarefa impossível.

A trajetória da história da China de como saiu de um país com uma cultura milenar para a China contemporânea, a história deles passa por algumas revoluções e mudanças de políticas ao longo dos séculos, por isso é importante para este trabalho uma explicação a partir da Revolução Maoísta, no ano de 1949, a qual determina o início do último ciclo de fechamento do país, que findaria somente na década de 1970, quando Deng Xiaoping assumiu a liderança do Partido Comunista Chinês, e implementou várias reformas na área econômica, nessa mesma época que se criou o modelo cunhado “Socialismo de Mercado”<sup>11</sup>,

---

<sup>11</sup> O conceito de "socialismo de mercado", uma ideia que combina elementos do socialismo e do sistema de mercado. Nesta abordagem, o Estado mantém a propriedade pública dos meios de produção, enquanto permite a alocação de recursos por meio do mercado. O objetivo é criar uma economia mais equitativa, ao mesmo tempo em que se aproveita as forças do mercado para determinar preços, alocar recursos e distribuir bens e serviços

que implicava a modernização da economia chinesa e sua integração ao sistema produtivo global (PINI, A ; 2015).

Antes da revolução, por todo o país havia conflitos entre os senhores feudais, das rebeliões camponesas e das guerras pela unificação nacional, o país estava dividido entre a classe burguesa e a classe dos camponeses. Desse modo, mesmo após a República, em 1911, a China permaneceu um mosaico de regiões dominadas por senhores de guerra, proprietários rurais com exércitos próprios, lutando entre si pelo predomínio nacional. Nesse mesmo período foi criado o Partido Nacional do Povo<sup>12</sup> e houve a proclamação dos Três Princípios do Povo<sup>13</sup>.

A partir de 1921, a Revolução Chinesa passou a contar com uma nova força política revolucionária, o Partido Comunista da China, como representação classista do operariado. No ano de 1923, aconteceu o 1º Congresso Nacional do Guomindang que tinha a ambição de derrotar os senhores de guerra do norte e instaurar o poder revolucionário em âmbito nacional.

Em 1925 aconteceu a morte de Sun Yat-sen e culminou na escolha de Chiang Kai-chek como novo dirigente máximo. O fim dessa guerra civil veio no ano de 1927, junto a isso selou-se o rompimento do Guomindang com o Partido Comunista. Além disso, nesse mesmo período os conflitos não pararam e a segunda guerra civil se instaurou. Após esse rompimento, o PC indicou Mao Tsé-Tung para direção do partido.

Como foi retratado no texto acima os conflitos internos que estavam acontecendo com o povo chinês, e nesse trecho do livro é demonstrado como estavam as divisões de classes e pensamentos sobre como governar o país:

Até então convencidos de que a revolução teria como palco principal as cidades, e como força fundamental o operariado urbano, os comunistas se confrontaram com um forte movimento camponês, bases guerrilheiras rurais e áreas sob poder popular. Além disso, o golpe de Chiang Kai-chek bifurcou a revolução, opondo os operários e camponeses, representados pelos comunistas, à burguesia nacional, aos latifundiários, a burguesia burocrática e à burguesia estrangeira, representados pelo Guomindang (POMAR, W; 2003).

No ano de 1931, os japoneses invadiram os territórios chineses e desse modo o povo chinês precisou se unir, povo esse que estava dividido entre aliados de Chiang Kai-chek e os

---

produzidos. A China manteve o controle estatal em setores estratégicos, ao mesmo tempo em que introduziu elementos de mercado para impulsionar o crescimento econômico (JABBOUR,E.; DANTAS,A. 2020)

<sup>12</sup> Partido criado por iniciativa do Dr. Sun Yat-sen, em 1923, no 1 Congresso Nacional do Guomindang (POMAR, W; 2003).

<sup>13</sup> Esses princípios eram nacionalismo, democracia e bem-estar do povo (POMAR, W. 2003).

comunistas restantes do Guomindang. Após o fim dessa guerra de resistência, no ano de 1945, a revolução tomou fôlego novamente e iniciou-se a terceira guerra civil revolucionária no país, nesse mesmo período “o povo chinês reconheceu nos comunistas aqueles que haviam realmente contribuído para evitar a colonização da China pelos japoneses e os apoiou, majoritariamente, na instauração da República Popular da China, em 1949.” (POMAR, W; 2003).

Logo após a sua fundação em 1949, e ao longo da década de 1950, o interesse da República Popular da China pela América Latina, em geral, e pelo Brasil, em particular, estava diretamente ligado à vontade de reconstruir o país e aumentar sua segurança. Diante das dificuldades<sup>14</sup> enfrentadas no relacionamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir do final dos anos 1950, a China decidiu contra-atacar sistematicamente a política soviética no seio do movimento comunista internacional, com vistas a aumentar seu poder político e fazer-se aceitar mundialmente. (BECARD; 2011. p,31)

Em 1976, com a morte de Mao e a ascensão ao poder de Deng Xiaoping, as reformas na China são intensificadas e os planos quinquenais ganham ainda mais destaque. No final de 1978 Deng Xiaoping lançou uma política de reformas e abertura econômica traduzida em 1980 na criação de “quatro zonas econômicas especiais” (ZEEs)<sup>15</sup> (ANDRADE, E; 2016).

Estas são “focos de capitalismo” dentro do sistema comunista chinês. E foi através delas que o governo centralizado pôde manter sua política nas mãos do partido comunista e abrir sua economia ao mundo. Nessas zonas, o comércio é realizado de forma intensa e as regras de mercado são as que regem as trocas comerciais e os negócios ali realizados. Foi através das ZEEs que a China pôde se aproveitar dos investimentos estrangeiros para realizar seu intenso crescimento.

Demonstrado nos textos acima, a revolução foi instaurada com sucesso e o povo se uniu:

Os cinquenta anos seguintes, a revolução dirigida pelos comunistas unificou a maioria de seu povo para dar fim à dominação estrangeira, alcançar a completa

---

<sup>14</sup> China e URSS tinham uma ótima relação entre os governos, até tratados e acordos, por exemplo, o Tratado de Amizade assinado em fevereiro de 1950. O próprio Mao Tsé-tung batizou os dois países como “irmãos para sempre”, havia uma aproximação significativa. Porém, a amizade entre os dois países logo esfriou. a chamada ruptura sino-soviética da década de 1960, tal ruptura se deu devido a diferença de ideais entre os governos da época da década de 60, um dos pontos de discórdia foi que a URSS defendia a tese da coexistência pacífica, e a China era favorável à ideia da guerra revolucionária permanente. Além de que, a União Soviética demonstrou uma atitude neutra em relação ao conflito entre a China e a Índia, nos anos de 1959 e 1962, o que não foi perdoado pela China (MIKHAILOVA, I. p. 315-316. 2014).

<sup>15</sup> As Zonas Econômicas Especiais, nesse sentido, consistem em áreas especificamente destinadas para o direcionamento da atividade industrial a partir do oferecimento de vantagens para atrair investimentos estrangeiros. Os principais objetivos das ZEEs eram alavancar a produção industrial da China – que se encontrava em crise desde a década de 1960 – e fortalecer o volume total de exportações.

unidade territorial nacional (apenas a província de Taiwan permanecia separada em 2002) e encontrar seu caminho de modernização e construção de uma nova democracia e do socialismo (POMAR, W; 2003).

Portanto, a China se estabeleceu e mudou de patamar para uma grande potência econômica, se tornou um país hegemônico que é de conhecimento a grandeza do governo da China no século XXI. Para chegar nesse nível, houve diversas mudanças de políticas em cada setor do país, na virada do século XX para o XXI.

Uma parte essencial para esse “grande salto” da China foi a abertura internacional, pois por muitos anos permaneceu isolado da maior parte do restante do mundo, razão de boa parte disso foi pelo bloqueio econômico, político e militar imposto pelos Estados Unidos. A China se abriu mais ao mundo e intensificou as relações diplomáticas, ao mudar o comportamento internacional com a adoção dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, e o fim do bloqueio em 1971, além da sua política de abertura econômica e comercial, iniciada em 1979.

Essa abertura ao mundo exterior foi instaurada pela instalação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e Portos Abertos, além da ajuda de fundos internacionais para o desenvolvimento econômico. Ao longo dos próximos anos foram abertos muitas dessas ZEE e portos litorâneos.

Dando continuidade ainda nessa parte, é importante ressaltar o comércio exterior da China com a América Latina, de acordo com Pomar (2003) “em 1995, as importações e exportações da China com 46 países latino-americanos chegaram a US\$ 6,114 bilhões. Em 1997 cresceram para US\$ 10 bilhões e alcançaram mais de US\$ 13 bilhões em 2002”.

Conclui-se que a China chegou ao século XXI em outro nível e no início do século tinham grandes ambições para alcançar ainda, como demonstra o crescimento do seu PIB que em 1995 já tinha sido quadruplicado, e nos anos 2000 essa cifra ultrapassa US\$ 1,2 trilhão em termos de paridade cambial, cerca de US\$ 5 trilhões em termos de paridade de poder de compra (POMAR, W; 2003).

Enquanto o crescimento econômico cresceu a uma média de 8% a 9% durante vinte anos, a renda da população urbana e rural cresceu de 5% a 6%, além disso, outro demonstrativo, em 1885 havia uma média de 250 milhões que viviam abaixo da linha da pobreza, na passagem no século esse número era de menos de trinta milhões nessa condição (POMAR, W; 2003).

Ademais, para traçar um panorama acerca do outro lado desta relação, é necessário situar qual era a situação do Brasil em meados da década de 70 e décadas seguintes. De

primeiro ponto, é importante citar que o golpe de Estado no Brasil se deu a partir da deposição do presidente João Goulart em 31 de março a 1.º de abril de 1964, a deposição pôs fim à Quarta República e iniciou a ditadura militar brasileira (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013).

Assim, nos últimos anos da década de 60 e início dos anos 70, ao mesmo tempo em que vivia seu período de milagre econômico e de ufanismo modernizante, o Brasil, governado por militares, montava o mais cruel sistema repressor que o país já viveu, esses anos que o país foi governado pelos militares ficaram conhecidos como os “anos de chumbo” (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013).

Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi imposto, a partir do AI-5, o Congresso Nacional foi fechado e os poderes do presidente tornaram-se quase ilimitados (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013). Assim, a repressão do regime aumentou ainda mais, por exemplo a censura aos meios de comunicação e produções artísticas tornaram-se comuns, bem como a prisão, exílio e assassinato de opositores do regime (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013).

O AI-5 só foi derrubado em 1978, quando o presidente general Ernesto Geisel (1974-1979) conduziu um processo para a abertura política para restaurar a democracia no país, e nesse processo avançando o Congresso Nacional Brasileiro foi reaberto dez meses depois para eleger um novo presidente da República, que viria a ser João Figueiredo (1979-1985), o Figueiredo foi o último presidente do regime militar brasileiro (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013).

Até o início da década de 1990, o mercado brasileiro estava fechado e a indústria nacional fortemente protegida, deste modo, a partir dos anos 90, iniciou-se um processo de abertura comercial, de modo a dar mais espaço para o livre comércio para relações econômicas brasileiras (FLEURY, M e FLEURY, A; 2006). Ao contrário do esperado, no entanto, as taxas de crescimento e o mercado interno apresentaram um tímido aumento em comparação ao resto do mundo, o crescimento da indústria de transformação brasileira foi lento (FLEURY, M e FLEURY, A; 2006).

Antes dos anos 2000, em muitas regiões, incluindo toda a América Latina, permaneceu a falta de dinamismo na estrutura exportadora e a forte dependência do mercado interno. Com isso, a participação do Brasil no mercado internacional ainda é limitada, principalmente na comparação com a China (Tabela 1). Embora o valor total das exportações do Brasil tenha aumentado significativamente desde os anos 2000, teve pouco efeito no

comércio global para o governo brasileiro. Em contraste, a quota de exportação e importação aumentou muito nesse mesmo período.

<b>QUADRO 1: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL E DA CHINA NO MERCADO MUNDIAL (1990-2003)</b>				
<b>ANO</b>	<b>BRASIL</b>	<b>BRASIL</b>	<b>CHINA</b>	<b>CHINA</b>
	<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>IMPORTAÇÕES</b>	<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>IMPORTAÇÕES</b>
1990	0,91%	0,63%	1,49%	1,50%
1995	0,91%	1,03%	2,50%	2,53%
2000	0,86%	0,89%	3,91%	3,43%
2001	0,95%	0,92%	4,34%	3,83%
2002	0,94%	0,75%	5,07%	4,49%
2003	0,98%	0,66%	5,86%	5,39%

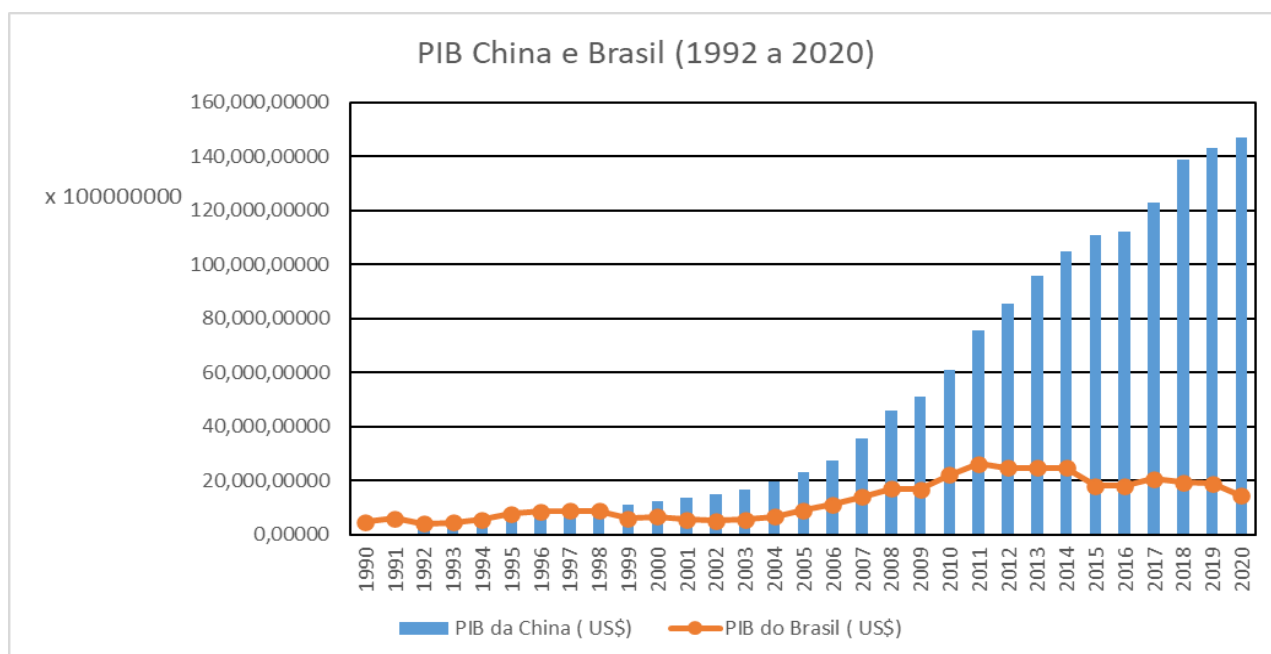
EXTRAÍDO DE: L. Fleury, Maria Teresa, Afonso Carlos C. Fleury. ESPECIAL NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: Brasil e China. Publicado em setembro de 2006.

No que diz respeito às relações com a China, parte do comércio, com a assinatura do primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China (em 1978), os fluxos comerciais começaram a surgir gradativamente, de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979 (Becard, 2011). Produtos básicos como algodão em pó, açúcar e soja estavam entre os produtos mais exportados para a China naquela época (50% do total), enquanto, acima de tudo, ingredientes químicos e farmacêuticos (67% do total) eram produtos importados pelo Brasil (Becard, 2011).

No fim do período da ditadura militar, o Governo de Figueiredo (1979-85) durou 6 anos e colocou fim ao período ditatorial. Em 1979, foi promulgada a Lei de Anistia. Aos poucos, presos políticos foram sendo libertados e os exilados voltaram ao país. Os governos civis que vieram após a Ditadura Militar tiveram que lidar com a desigualdade social, o endividamento e a inflação herdados desse período anterior. A nova fase política no país foi marcada por inúmeras tentativas de ajustes e pela inserção do país na lógica da globalização e do neoliberalismo.

## **2.2 Panorama comercial do Brasil e China (1990-2020)**

No comércio exterior brasileiro, a China ocupa o primeiro lugar como destinatário das exportações e também é o país que mais exporta para o mercado brasileiro.

**GRÁFICO 1: PIB DO BRASIL (1990-2020) E O PIB DA CHINA (1992-2020)**

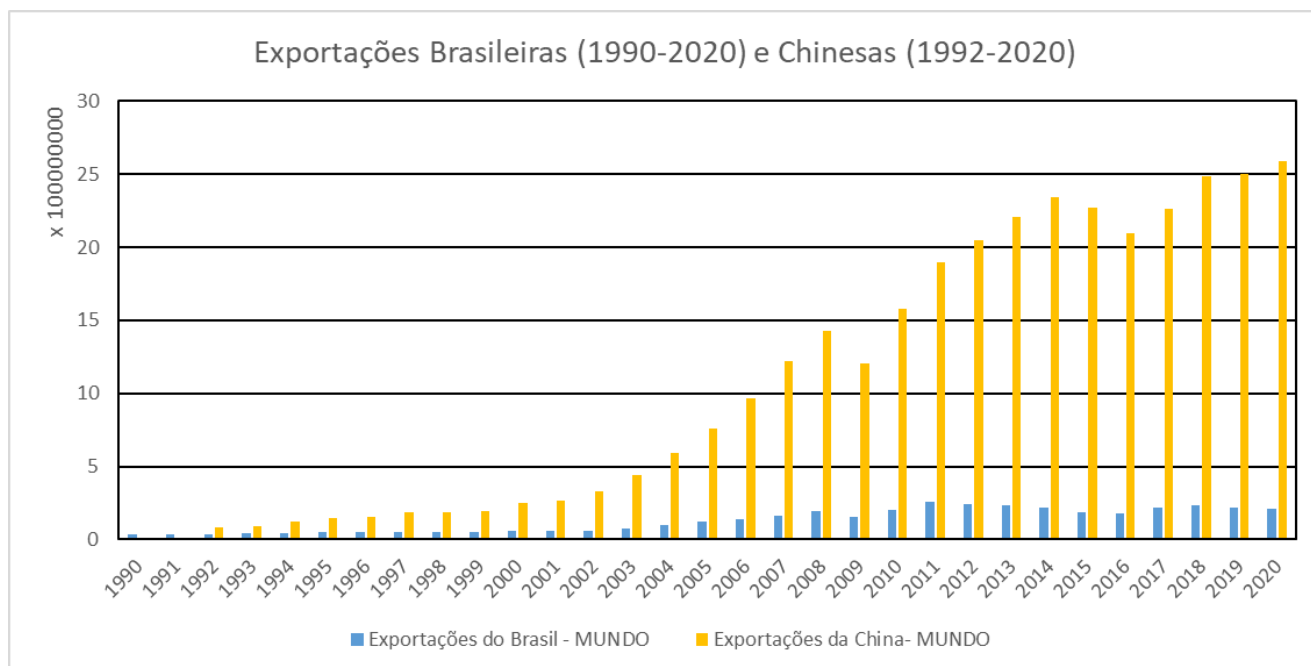
FONTE: Dados do BANCO MUNDIAL (2023); ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023).

É demonstrado neste gráfico 1 a evolução do PIB do Brasil (1990-2020) e o PIB da China (1992-2020), pelos gráficos é nítido as diferenças dos brasileiros e chineses na questão econômica, pegando especificamente o PIB dos países. Nesse sentido, um trecho do livro “Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos” exemplifica bem a dominação da China no mercado global.

No ano 2000, a China era o primeiro ou segundo parceiro comercial de treze países, que respondiam por 15% do PIB global, enquanto em 2012 assumiu essa condição para 78 países, responsáveis por 55% do PIB mundial. Registre-se também que, após a China haver assumido, na primeira década do século XXI, a condição de maior detentora de títulos da dívida norte-americana, o renminbi ultrapassou o dólar como moeda de uso corrente em sete países do Sudeste Asiático (Coreia do Sul, Indonésia, Taiwan, Malásia, Singapura e Tailândia), em um processo que já começa a irradiar-se para as economias da Índia, Turquia, África do Sul e Chile (FUNAG, 2016).

De modo a demonstrar a evolução na economia dos países, décadas atrás como está explicitado no gráfico 1 os PIBs entre os países. O PIB do Brasil em 1990 era de US\$ 390,7 bilhões e o PIB da China em 1992 era de US\$ 426,9 bilhões, de certa maneira até que eram equiparáveis. Ao se comparar no ano de 2014, o ano em que as relações sino-brasileiras comemoram os 40 anos dessa parceria entre os países, os valores já mudam de patamar. O PIB da China (2014) era de US\$ 10,48 trilhões, e o PIB do Brasil (2014) era de US\$ 2,456 trilhões, a China no ano de 2014.

**GRÁFICO 2: Exportações do Brasil ao Mundo (1990-2020), Exportações da China ao Mundo (1992-2020)**



FONTE: Dados BANCO MUNDIAL (2023); ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023).

No gráfico em questão, é demonstrado os valores de exportações do governo brasileiro (1990-2020) e o governo chinês (1992-2020), tendo o intuito de ter uma demonstração da evolução de ambos os países em relação ao passar dos anos. No ano de 1992 o Brasil exportou US \$35 bilhões e nesse mesmo ano a China exportou um total de US \$84 bilhões.

Os chineses cresceram acima da média após os anos 2000 e os brasileiros obtiveram os melhores resultados após 2006, isso é demonstrado no PIB (exposto no Gráfico 1) e nas exportações. Nesse mesmo período é evidente a crescente das exportações do Brasil ao mundo (1990-2020) e com os valores aumentando em expressivo após 2009, como já citado aqui neste trabalho, foi o ano em que a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil.

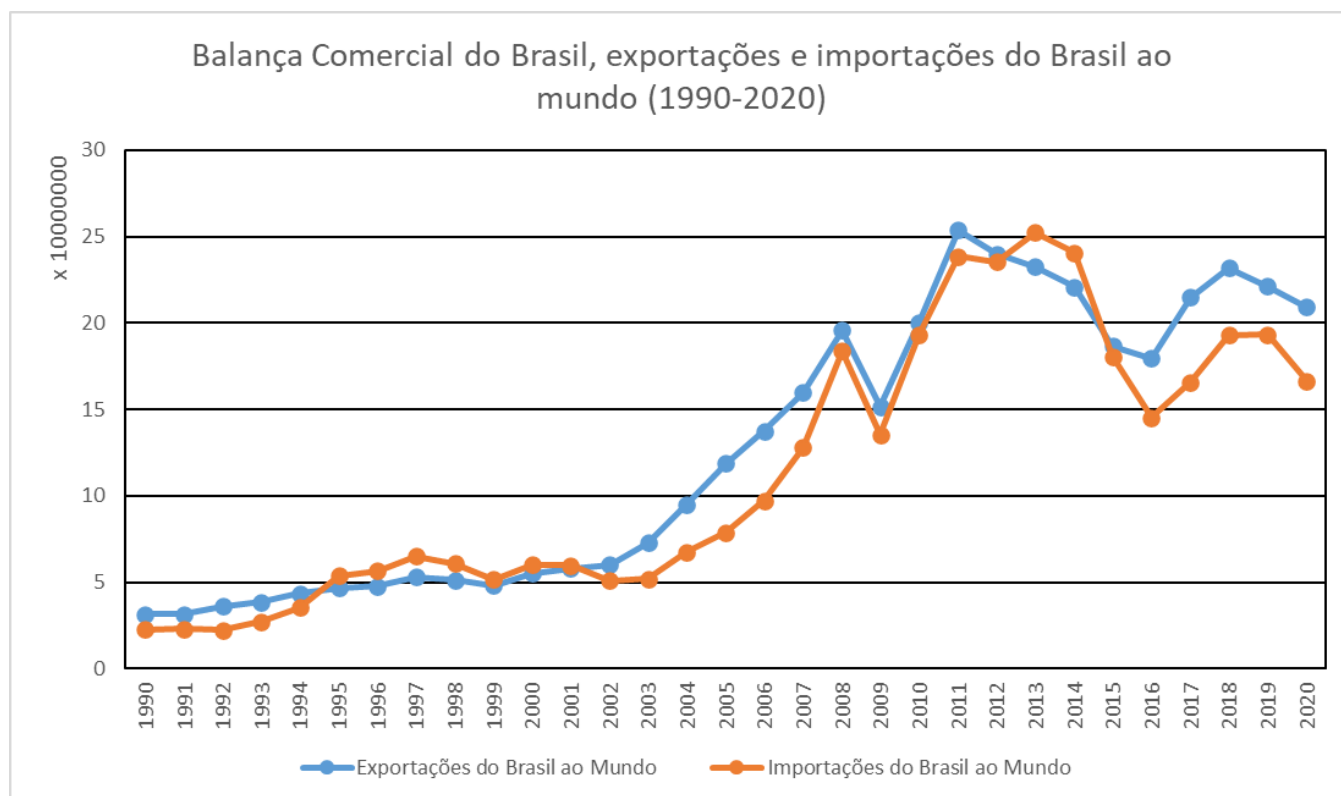
No ano de 2011, as exportações do Brasil atingiram o pico de US \$253 bilhões (representando uma média de 1,4 % das exportações mundiais) e a China atingiu US \$1,89 trilhão (representando uma média de 10% das exportações globais).

Em 2020, o Brasil exportou US \$209 bilhões (representando uma média de 1,2 % das exportações mundiais) enquanto a China exportou US \$2,6 trilhões (representando uma média de 16 % das exportações mundiais). Tais números demonstram a grandeza da China e a importância de mantermos a boa relação comercial e política com eles.



Conforme relatado neste subitem 2.1, as relações entre os países no começo da parceria a China, que até os anos noventa exportava produtos básicos para o Brasil (e.g. petróleo), passou a ser grande importadora de commodities; de outro lado, o Brasil passou de exportador a importador de manufaturados e serviços (e.g., aço, construção civil), o gráfico 2 auxilia no entendimento dessa questão devido ao crescimento das exportações do Brasil (FUNAG; 2016).

**GRÁFICO 3: BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL, EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL AO MUNDO (1990-2020)**



FONTE: Dados BANCO MUNDIAL (2023); ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023).

Este gráfico em específico demonstra a balança comercial, do Brasil, a relação das exportações e importações. De acordo MONTORO FILHO et al. (1996), explica a balança comercial de uma forma mais simplória, a mesma nada mais é do que a união das contas importação e exportação do país sendo um importante indicador econômico que representa muito sobre a situação da região analisada, esse indicador é tão importante quanto o PIB. Sendo assim, seria o resultado da diferença entre as exportações e importações.

Dando continuidade a explicação, essa diferença chama-se saldo da Balança Comercial, em ano bom e contendo resultados positivos é considerado positivo quando há valores das exportações maiores que o das importações, havendo assim um superávit, pois então quando esse valor é negativo, ou seja, quando os valores das importações são maiores que os das exportações, falamos que ocorre um déficit. Dessa forma, existe ainda a situação de um equilíbrio comercial que é quando as operações se igualam nos valores operacionalizados entre exportações e importações.

Essa estrutura da balança comercial reflete certas assimetrias, o Brasil exporta bens e produtos repletos de recursos naturais (carvão, grãos, ferro, carne) e importa manufaturados, essas exportações do Brasil para todo o mundo e as importações que o Brasil faz é um dos pilares para a economia brasileira, inclusive nos últimos anos uma área que fez ter superávit na balança comercial foi o agronegócio brasileiro, especificamente com o produto soja.

O que Brasil e China têm em comum são dois países com grandes territórios e grandes populações: a China já é considerado um país hegemônico do Norte Global e o Brasil ainda em situação de desenvolvimento no Sul Global. No entanto, o maior país da América do Sul está em processo de desenvolver os setores da economia e se estabilizar internamente, enquanto o maior da Ásia está em processo de expansão econômica e social (mas não ambiental). É notável que a China domina complementarmente, é a maior economia de exportação do mundo. Só no ano de 2017, a exportação da China resultou em US \$2,41 Trilhões<sup>16</sup>, tornando o país o maior exportador do mundo.

### **2.3 As relações sino-brasileira após os anos 2000**

Avançando um pouco, o milênio 2000 começa muito bem para a China, pois ela torna-se o principal parceiro comercial do Brasil dentre todos os países asiáticos<sup>17</sup>. Em seguida, foi lançado o segundo satélite CBERS<sup>18</sup> e iniciou-se a COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação). A primeira reunião da Cosban foi liderada pela então Vice Primeira-Ministra chinesa, Wu Yi, e pelo Vice-Presidente brasileiro do período em questão, José Alencar.

Os maiores feitos dessa década ocorreram no ano de 2009, com a elevação da China como o maior parceiro comercial do Brasil no mundo inteiro e a primeira cúpula dos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) (que na época era apenas “BRIC” devido à ausência da África do Sul).

Ao iniciar-se o século XXI houve uma evolução da relação bilateral e a parceria estratégica global Brasil-China, as relações sino-brasileiras apresentaram novos caminhos,

---

<sup>16</sup> Tais valores estão demonstrando o gráfico 2.

<sup>17</sup> Em 2010, a China foi o principal mercado para as exportações brasileiras e o principal investidor no Brasil. Enquanto as exportações atingiram US\$ 30 bilhões, as importações elevaram-se a US\$ 26 bilhões (AMARAL,2011, apud BECARD,2011).

<sup>18</sup> Site sobre essa cooperação de tecnologia entre os países. “CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.”, 5 de dezembro de 2013. Disponível em: [web.archive.org/web/20131205043909/www.cbbers.inpe.br/faq.php](http://web.archive.org/web/20131205043909/www.cbbers.inpe.br/faq.php). Acesso em 28 de setembro de 2022.

para contribuir tanto com o avanço no processo de expansão do capitalismo mundial no leste asiático, quanto nas novas maneiras de políticas externas do Brasil e da China (Becard, 2011).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, as relações atingiram um nível mais elevado, mostrando maior interação entre os países nos campos político, econômico e de cooperação tecnológica.

É notável a maior aproximação dos países quando em menos de 10 anos, ocorreram algumas visitas de presidentes brasileiros à China: as visitas foram do Lula (2003-2010) em maio de 2004 e abril de 2009<sup>19</sup>, Dilma Rousseff (2011–2016), em abril de 2011<sup>20</sup>. O presidente chinês Hu Jintao (2003 – 2013) visitou o Brasil em novembro de 2004 e abril de 2010<sup>21</sup>, estes encontros, devem ser somadas as reuniões paralelas realizadas em outros momentos como nas cúpulas do G-20 e também as cinco reuniões do Grupo dos BRICS<sup>22</sup>, no

<sup>19</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgão de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2004-1.pdf/@\\_@download/file/Viagens%20internacionais%20-%202004.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2004-1.pdf/@_@download/file/Viagens%20internacionais%20-%202004.pdf) e [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato/viagens-internacionais-2009.pdf/@\\_@download/file/Viagens%20internacionais%202009.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato/viagens-internacionais-2009.pdf/@_@download/file/Viagens%20internacionais%202009.pdf). Acesso as 09h35min em 22 de maio de 2023.

<sup>20</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgãos de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/@\\_@download/file/Viagens%20internacionais11.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/@_@download/file/Viagens%20internacionais11.pdf). Acesso às 09h38min em 22 de maio de 2023.

<sup>21</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgão de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/12-11-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-ao-brasil-do-presidente-da-china-hu-jintao> e <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-04-2010-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-oficial-do-presidente-da-china-hu-jintao>. Acesso as 10h em 22 de maio de 2023.

<sup>22</sup> A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS.

dia 16 de junho de 2009 (Rússia)<sup>23</sup>, 2010 (Brasil)<sup>24</sup>, 2011 (China)<sup>25</sup>, 2012 (Índia)<sup>26</sup> e 2013 (África do Sul)<sup>27</sup> (BECARD,2011).

Em 2004, o Presidente Lula da Silva realizou uma viagem à China que foi considerada a mais importante do seu governo, ele levou uma delegação de nove ministros de Estado, seis governadores e aproximadamente 400 empresários. O saldo final da visita foi de nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados. O objetivo da visita brasileira era de expressar a importância estratégica e comercial e também que o Brasil visava uma parceria com a China.

O clima de toda a delegação era de otimismo e que as relações sino-brasileiras tinham capacidade de colaborar e cooperar para beneficiar os dois lados, a China ia contribuir com o progresso do Brasil, visando os investimentos chineses na infraestrutura e na aquisição de

<sup>23</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgão de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais/Viagens%20Internacionais%20-%202009/@\\_@download/file](https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais/Viagens%20Internacionais%20-%202009/@_@download/file). Acesso as 10h10min em 22 de maio de 2023.

<sup>24</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgão de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-04-2010-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-sessao-plenaria-da-2a-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-do-bric/@\\_@download/file/15-04-2010-Declaracao%20a%20imprensa%20do%20Presidente%20da%20Republica-%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20apos%20sessao%20plenaria%20da%20a%20Cupula%20de%20Chefes%20de%20Estado%20e%20de%20Governo%20do%20BRIC.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-04-2010-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-sessao-plenaria-da-2a-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-do-bric/@_@download/file/15-04-2010-Declaracao%20a%20imprensa%20do%20Presidente%20da%20Republica-%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20apos%20sessao%20plenaria%20da%20a%20Cupula%20de%20Chefes%20de%20Estado%20e%20de%20Governo%20do%20BRIC.pdf). Acesso as 10h14min em 22 de maio de 2023.

<sup>25</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgãos de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/@\\_@download/file/Viagens%20internacionais11.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/@_@download/file/Viagens%20internacionais11.pdf). Acesso às 10h14min em 22 de maio de 2023.

<sup>26</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgãos de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais12.pdf/@\\_@download/file/Viagens%20internacionais12.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais12.pdf/@_@download/file/Viagens%20internacionais12.pdf). Acesso às 10h15min em 22 de maio de 2023.

<sup>27</sup> Acerca dos registros de viagem da presidência e de visitas de dignitários estrangeiros estão em registros documentais das viagens dos presidentes da república ao exterior. Foram publicados pelos diversos órgãos de comunicação, divulgação e relações públicas do governo federal em seus respectivos períodos. A sua disponibilidade para consulta está em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais13.pdf/@\\_@download/file/Viagens%20internacionais13.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais13.pdf/@_@download/file/Viagens%20internacionais13.pdf). Acesso às 10h16min em 22 de maio de 2023.

produtos brasileiros. Para maior entendimento da crescente dos valores dessa relação e o benefício para ambos os países, segundo Becard:

De 2000 a 2004, houve aumento, em 351,8%, das compras chinesas no Brasil, e em 106%, das compras brasileiras na China, o que levou este país a transformar-se no quarto principal parceiro comercial do Brasil. Uma considerável parte das exportações do Brasil para a China foi composta por matérias primas e alimentos – minério de ferro, aço e complexo de soja – que representaram conjuntamente mais de 70% das vendas em 2004. (BECARD, 2011).

Em 2009 as relações sino-brasileiras comemoraram 35 anos e o presidente Lula fez sua segunda visita oficial à China (18 a 20 de maio de 2009). Os países por meio de um acordo assinado conjuntamente, enumeraram algumas conquistas para demonstrar o fortalecimento da relação bilateral. Sendo estes: I) a "Agenda China", na área comercial; II) a Comissão 3 Sino Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), de 2006, responsável pela coordenação de diversas vertentes da relação bilateral; III) o Diálogo Estratégico, criado em 2007; IV) o Diálogo Financeiro Brasil-China, em 2008. Para o período de 2010-2014, foi estabelecido um Plano de Ação Conjunta contemplando todas as áreas de cooperação bilateral, aprovado em abril de 2010 (BECARD, 2011).

Dentre as metas traçadas pela “Agenda China”, aponta-se:

I) aumentar o conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado do que os já tradicionalmente exportados; II) equilibrar de modo quantitativo e qualitativo a balança comercial sino-brasileira, por meio do aumento da exportação de produtos industrializados brasileiros; III) incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais, atendendo ao crescimento da demanda por produtos que a China tem dificuldade em garantir autossuficiência e aproveitando a sazonalidade da produção; IV) aumentar a participação brasileira em missões, feiras e projetos específicos com a China, de modo a permitir o incremento de ações coordenadas entre parceiros de ambos os países. Foram igualmente contempladas pela Agenda iniciativas de atração de investimentos chineses para o Brasil, inclusive nas áreas de infraestrutura e logística (BARRAL, 2008 apud BECARD, 2011).

Além disso, no ano de 2009 segundo o secretário de comércio exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Welber Barral a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos. De acordo com os números divulgados pelo MDIC, as relações de comércio entre o Brasil e a China somaram US\$ 36,1 bilhões no ano passado, contra US\$ 35,8 bilhões entre o Brasil e os Estados Unidos.

As exportações brasileiras para a China mantiveram-se, e foram só crescendo ano após ano. Além disso, em 2010 foi aprovado o primeiro Plano de Ação Conjunta (PAC)

durante o período 2010-2014, que visa reduzir as assimetrias entre os dois países e gerenciar melhor suas relações bilaterais. O plano foi assinado primeiramente por Lula, depois em viagem à China, e Hu Jintao em 2009 (BECARD, 2011). Em 2014, o Presidente chinês Xi Jinping (2003-atualmente) esteve no País e, em 2015, o Primeiro-Ministro Li Keqiang (2013-2023).

Esses encontros oficiais indicam uma aproximação concreta entre ambos os governos e o amadurecimento das relações bilaterais, fortalecendo, inclusive, o setor empresarial. No marco da visita do Primeiro-Ministro, foram assinados 35 acordos entre instituições e empresas de ambos os países, cobrindo áreas que vão do setor agrícola à pesquisa em tecnologia espacial, dentre os quais cabe mencionar a constituição de um fundo bilateral para investimentos em infraestrutura e energia (CEBC 2016, 16)

A parceria estratégica entre Brasil e China concentra-se em dois nítidos campos de atuação: primeiramente, no campo de cooperação científico tecnológica, outro, no plano político estratégico, relacionado às estratégias de alianças no âmbito dos fóruns multilaterais.

Nesse contexto, faz-se necessário ressaltar o papel do governo Lula na construção de uma agenda Sul-Sul na política externa brasileira. Sob a coordenação do Chanceler Celso Amorim (2003-2011), mas também pela decidida “diplomacia presidencial”<sup>28</sup> de Lula, o país abriu frentes em diversos campos. Apesar de o foco central da atuação ter sido a América do Sul, a diplomacia brasileira criou pontes com os países africanos, com países árabes, com a Rússia e, principalmente, com a China.

Ao longo deste capítulo, buscamos apresentar o período da década de 70 ao começo do século XXI, foi apresentado o início das relações sino-brasileiras, e como estavam internamente esses países, de modo que foi demonstrando a evolução econômica e política dos mesmos ao longo da última década. Além disso, a mudança de patamar dessas relações após os anos 2000, com o governo do Lula. A seguir, no próximo capítulo será demonstrado os motivos dessa presença chinesa na América Latina, em especial o Brasil.

---

<sup>28</sup> O termo diplomacia presidencial foi criado por Danese (2017) para indicar que o chefe de governo teria se sobreposto ao Ministério das Relações Exteriores na formulação e execução da política externa. Parte-se da premissa de que o Itamaraty tem o controle decisório desta área que é, portanto, neste caso, considerada uma política de Estado.

### 3 CHINA EM BUSCA DE RECURSOS NATURAIS

O presente capítulo propõe-se a explicar os motivos e necessidades de a China ter iniciado a ter mais cooperação com os países denominados “Sul Global”, ponto esse que será trabalhado neste capítulo. Além disso, a análise da vinda dos chineses para investir nos países do “Sul Global”, as causas desse acontecimento e as consequências geradas desse modelo de política externa.

Após os anos 2000 a política externa da República Popular da China (RPC) pode se configurar em uma constante busca por recursos para atender as prioridades internas, no caso o acesso incessável a recursos energéticos para manter os altíssimos níveis desenvolvimento nas suas indústrias e também ajuda na garantia de Taiwan não conseguir o reconhecimento internacional. O Partido Comunista Chinês (PCC) é o grande responsável por esses feitos, é o assegurador da estabilidade dessa economia e política interna.

Ao se tratar desse plano externo são essas medidas que mantém a base econômica da grande potência que é a China, medidas essas que são até contraditórias pois no momento que há uma atitude assertiva, na legitimação do PCC no poder e a garantia desses recursos naturais tão essenciais para a China; em outro lado, o grande pragmatismo, para que seja assegurado o papel chinês como grande ator internacional e potência hegemônica, que é de tanto orgulho e este alimenta o nacionalismo, é a garantia da estabilidade regional do país. É nesse sentido que se pode descrever a política chinesa por usar um forte pragmatismo assertivo, e assim eles procuram transmitir uma imagem pacífica, querendo transmitir a visão de uma China única.

A presença chinesa no hemisfério Sul no âmbito da cooperação Sul-Sul, apresenta prós e contras em alguns requisitos, na visão de alguns líderes é benéfica, pois dessa forma cria-se uma alternativa para se posicionar de outra forma além dos hegemônicos Estados Unidos (EUA) e Europa, e assim a China se estabelece como um parceiro e não guia para ditar o relacionamento entre os Estados.

Essa vontade chinesa para investimentos e relações com os países do Sul global é devido a necessidade de manter os níveis de desenvolvimento econômico de modo a assegurar estabilidade da política nacional e a estrutura da potência a nível mundial. Essa necessidade agravou a dependência de recursos naturais externos, sendo o Oriente Médio o fornecedor tradicional.

Só que, a presença dos EUA mudou totalmente o ambiente para o lado deles e assim o Governo chinês teve a necessidade de assinar contratos com os líderes africanos e



latino-americanos que garantam condições privilegiadas de acesso, nomeadamente a petróleo e gás (MENDES, C. 2009).

As três principais companhias energéticas chinesas, a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), compraram dezenas de concessões petrolíferas e de gás em países africanos e reforçaram a sua presença no sector energético na América Latina, concentrando-se, por um lado, na exploração de recursos e, por outro, na aquisição de alta tecnologia.

Ainda do ponto de vista econômico, a presença chinesa nas duas regiões resulta da necessidade interna da China em procurar novos mercados para escoar os seus produtos, como têxteis e equipamento eletrónico, que vende a preços muito competitivos comparativamente com as manufaturas ocidentais. A exportação destes produtos é um aspecto cada vez mais pertinente dada a atual crise internacional.

Além disso, há o interesse político e de domínio internacional, por um lado, a maioria dos países que reconhecem Taiwan como Estado soberano são africanos ou latino-americanos, a consumação da reunificação dos territórios de Hong Kong e de Macau (em 1997 e 1999, respectivamente) Taiwan permaneceu como o objetivo último da política de reunificação nacional chinesa, usada para fins nacionalistas (BECARD, 2011). Aumentando os laços de dependência com a África e a América Latina, Pequim procura reduzir as bases de apoio de Taipé na cena internacional (BECARD, 2011).

Por outro lado, a crescente cooperação com as duas regiões permite à China aumentar o número de aliados em fóruns internacionais, nomeadamente na Organização das Nações Unidas (ONU), obtendo apoio não só em relação a Taiwan e à política da “China única”, mas também na recusa de interferências externas relativamente às questões do Tibete, Xinjiang e violações de direitos humanos (BECARD, 2011). Por fim, todas estas manobras diplomáticas e a presença chinesa na África e na América Latina contribuem para a crescente afirmação da RPC como potência mundial.

### 3.1 China e as suas estratégias: política e comercial

A estratégia usada pela China é a *soft power*<sup>29</sup>, no caso seria a arte de influenciar pela persuasão e não pela coerção. A definição original é do autor Joseph Nye, segundo ele, exclusivamente o poder de atração que uma nação exerce através dos seus valores, ideais e normas, o poder “brando” chinês envolve todas as atividades que extravasam a esfera securitária, como a ajuda humanitária, a cultura, a diplomacia bilateral e multilateral e o próprio Investimento Direto Estrangeiro (IED).

A tendência chinesa de aliar a dimensão cultural e civilizacional à capacidade de atração econômica repete-se. Tal como o Império do Meio conseguiu estabelecer um sistema tributário em que girava à volta dos valores confucionistas e do comércio, hoje a RPC usa mais uma vez o seu legado civilizacional e a economia para influenciar a região (e o mundo).

Ao se aprofundar ainda mais no modo de diplomacia chinesa, na África e América Latina tem sido projetado através de outros instrumentos, nomeadamente as crescentes trocas comerciais, o investimento estrangeiro direto em países ricos em recursos naturais, o fornecimento de armamento, a construção de infraestruturas, a atribuição de bolsas de estudo na RPC para estudantes africanos e a chamada diplomacia médica.

Mas o conceito de “multilateralismo lucrativo”<sup>30</sup> talvez seja o expoente máximo da sofisticação da diplomacia chinesa. Para melhor gerir os interesses do Governo chinês, é criado ou acontece a participação de organizações multilaterais, um instrumento de *soft power*, para gerir interesses de *realpolitik*<sup>31</sup>, usufruindo das vantagens do multilateralismo sem assumir as obrigações geralmente inerentes a este tipo de diplomacia.

A criação de fóruns transregionais na África institucionalizou canais de comunicação, facilitando trocas comerciais e investimento e promovendo, do ponto de vista político, as relações sino-africanas, aumentando a influência chinesa no continente. Assim, o

---

<sup>29</sup> De acordo com Nye (2004, p. 6), “soft power é mais do que apenas persuasão ou a capacidade de encorajar pessoas pela arte do raciocínio: é também a capacidade de atrair, a atração frequentemente leva a uma certa submissão; concluindo, soft power é um poder de atração”.

<sup>30</sup> Multilateralismo é uma pauta de fundamental importância no contexto das relações internacionais, sendo uma das principais características da diplomacia mundial do último século até agora. O termo em si, pode ser entendido como a cooperação conjunta de um grupo de países em torno de uma temática/agenda/ação de interesse comum (DIPEX; ACI).

<sup>31</sup> Termo alemão que se refere à política de poder. Enfatiza políticas baseadas nas considerações de poder prático em detrimento das políticas baseadas nas considerações morais e éticas. Deste modo, *realpolitik* significa manutenção da segurança do Estado em um ambiente hostil e onde o poder e a política de poder são vistas como o principal objetivo dos líderes. O termo foi colocado por Ludwig August von Rochau, escritor e político alemão do século XIX, seguindo a ideia de Klemens Wenzel von Metternich de achar caminhos para equilibrar as relações de poder imperialista ao nível europeu.

multilateralismo institucionalizado garante não só as relações comerciais, que alimentam o crescimento econômico, mas também a projeção de influência e poder.

Exemplificando tal relação desses fóruns, podemos citar dois exemplos, em primeiro lugar, o Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC), criado em 2000, contando com a participação de 45 países africanos, reúnem-se de três em três anos e abriu um novo capítulo na ajuda chinesa ao desenvolvimento na África. Em segundo lugar, em 2003 a RPC criou uma nova forma de cooperação transregional, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, conhecido como Fórum de Macau, pelo fato de o seu secretariado permanente estar sediado nesta Região Administrativa Especial chinesa<sup>32</sup>.

Nesse sentido, em que a atração econômica chinesa é usada para ganhar espaço na cena internacional através da cooperação com aquele grupo de países (maioritariamente africanos), numa região que esteve sob administração portuguesa, capitalizando nas afinidades culturais e linguísticas. Mas a astúcia da diplomacia chinesa vai para além desta eficiência em usar o comércio para atingir objetivos políticos.

A criação deste tipo de instituição na Região Administrativa Especial de Macau comprova que a política externa chinesa é um reflexo das suas prioridades internas. Ao contribuir para a diversificação da economia macaense, altamente dependente da indústria do jogo, o Fórum de Macau evidencia o sucesso da fórmula “um país, dois sistemas”, tentando atrair Taiwan no sentido da reunificação.

No que diz respeito à percepção dos líderes, o relacionamento com a China é visto como benéfico, uma vez que constitui uma alternativa à tradicional relação Norte-Sul. Para alguns líderes africanos, a China é o parceiro ideal para escapar às sanções ocidentais e ao controle sobre questões de direitos humanos e bom governo, obtendo com facilidade linhas de crédito e infraestruturas em troca de recursos naturais. Para os líderes latino-americanos, muito críticos em relação ao Consenso de Washington devido às graves consequências sociais da implantação das políticas neoliberais na década de 1990, a China representa uma alternativa à dependência dos Estados Unidos.

Diante disso, de qual maneira essa estratégia usada pela China modifica o sistema internacional, numa clara estratégia de smart power, alternando entre o recurso ao soft power — envolvimento diplomático e capacidade de atração econômica e cultural — e ao hard

---

<sup>32</sup> Para além da RPC, fazem parte do fórum: Portugal, Brasil, Timor-Leste, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné. Disponível em: <https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/home-pt/> . Acesso às 09h30min em 18 de abril de 2023.

power — venda de armamento e afirmação como potência militar — a RPC tem procurado reforçar a sua presença no hemisfério Sul.

Ao defender relações mutuamente benéficas e a não-interferência nos assuntos internos dos outros estados, contrastando com a posição ocidental de “desrespeito” pela soberania e imposição de sanções, a China atrai as elites africanas e latino-americanas. A postura de não-ingerência oferece uma alternativa à condicionalidade da ajuda na África e à dependência dos Estados Unidos na América Latina. Assim, ao ignorar as normas ditas ocidentais impondo outras “com características chinesas” decorrentes dos Princípios da Coexistência Pacífica, a presença chinesa desafia os interesses europeus e transatlânticos nessas regiões.

De fato, a forma como a diplomacia da RPC encara a cooperação com o Sul reflete a sua percepção do sistema internacional, defendendo o seu estatuto de potência nos principais fóruns políticos e econômicos, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC), numa oposição clara ao domínio unilateral norte-americano. A posição chinesa nas cimeiras do G20 – instituição que, ao unir poderes regionais muito diversos, constitui um exemplo importante da cooperação Sul-Sul – reflete este papel de liderança que Pequim está empenhado em prosseguir e um novo paradigma carregado de simbolismo, onde os países emergentes querem liderar o seu próprio processo de desenvolvimento.

### **3.2 A cooperação sul-sul**

A cooperação internacional “é toda relação entre atores internacionais orientada a mútua satisfação de interesses ou demandas, mediante a utilização complementar de seus respectivos poderes no desenvolvimento de atuações coordenadas e ou solidárias” (AYLLÓN, 2007, p.26).

Outra questão importante para o desenvolvimento deste trabalho, a cooperação Sul-Sul, tal termo criado pelas Nações Unidas, por volta da década dos anos 50, mais especificamente após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, no ano de 1955<sup>33</sup>, nesta conferência ficaram definidos os princípios da ideologia diplomática do

---

<sup>33</sup>A Conferência Afro-Asiática ou Conferência de Bandung, como também é conhecida, foi um marco, uma referência e uma inspiração no período da Guerra Fria para povos e países do chamado Terceiro Mundo (REIS E RESENDE. 2019).

não-alinhamento, que em seguida daria origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M. 2020)<sup>34</sup>.

Esse movimento reuniu a maior parte dos países do mundo e representou os interesses das nações subdesenvolvidas em fóruns multilaterais (como a ONU), ao mesmo tempo em que promovia a cooperação entre esses mesmos países, dando origem à cooperação Sul-Sul (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M. 2020). E assim, o significado do termo, quando dois países ou mais países em desenvolvimento fazem acordos em comum para atingir interesses em comum, na forma de intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e recursos. Esses acordos podem surgir de parcerias entre governos, sociedade civil, universidades, empresas, bem como outras instituições nacionais, regionais ou internacionais.

À medida que essa parceria acontece por meio do organismo multilateral ou por um país desenvolvido, denomina-se Cooperação Sul-Sul Trilateral<sup>35</sup>. Então, o termo “Sul global” foi criado no final da Guerra Fria para designar os países em desenvolvimento do hemisfério Sul, encaixando-se também outros localizados no hemisfério Norte, por causa de indicadores sociais e econômicos baixos. A maioria dessas nações são da África e Ásia, tendo também parte da América Latina, uma média de 150 países.

A Cooperação Sul-Sul (CSS) ganhou evidência nos Estudos Internacionais no início do século XXI, tal fato que decorre, em boa medida, à ascensão de Estados fora do eixo ocidental, os quais, constantemente, procuraram traduzir seus ganhos materiais em assistência aos seus pares do Sul (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M. 2020). Os países que perfazem o BRICS são exemplos claros disso, diante desse panorama de crise, os países em desenvolvimento – que, vale recordar, possuem ainda grandes bolsões de pobreza, fragilidades institucionais e enormes desigualdades – seguem aumentando sua cooperação e oferecendo a outros o conhecimento de suas políticas e seus programas em prol do desenvolvimento (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M, 2020).

A intensificação da cooperação entre países em desenvolvimento – e, de forma destacada, entre os emergentes – pode ser considerada um processo que é o resultado de ao menos quatro fatores interconectados: Neste processo, foi fundamental a decisão política dos

---

<sup>34</sup> LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; RIBEIRO, Mikelli Marzzini L. A.; LYRA, Mariana P. O. de (org.). “Temas de política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares”. Palmas: Eduft, 2020. 118 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2531>. Acesso às 18h22min em 23 de maio de 2023.

<sup>35</sup> A Cooperação Sul-Sul Triangular (CSST) é definida no mesmo documento pelas Nações Unidas como a Cooperação Sul-Sul apoiada por um país desenvolvido ou uma organização multilateral. A CSST é hoje uma modalidade importante da cooperação para o desenvolvimento, baseada em intercâmbios financeiros e não financeiros entre pares.

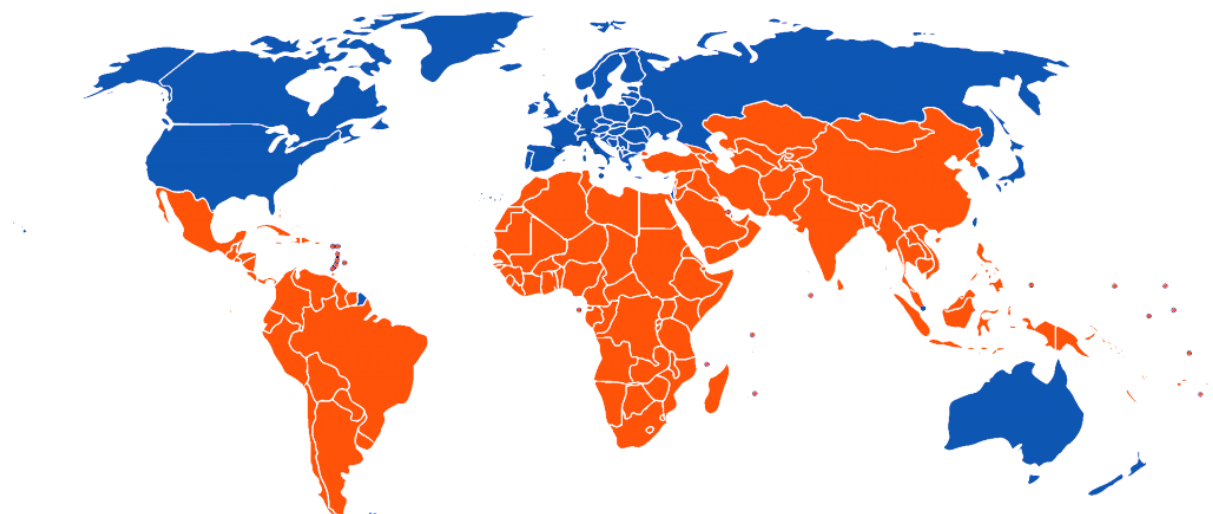
emergentes em apostar em inserção soberana no mundo, com base na recuperação das capacidades reguladoras do Estado como impulsor do desenvolvimento e do fortalecimento do papel das instituições nacionais para governar os mercados (SOUZA, A. 2014).

Esta realidade da CSS e de suas diferenças no que diz respeito à cooperação “tradicional” abre caminho como manifestação da existência de outros modelos, práticas e alternativas que refletem as mudanças tanto na geopolítica mundial como na geografia do crescimento e na distribuição da riqueza, que se desloca a largos passos do Norte para o Sul e do Ocidente para o Oriente (SOUZA, A. 2014).

Os países do Sul Global são os países em desenvolvimento da África, América Latina e Caribe, Ásia e Oceania; sejam economias grandes como China e Brasil, ou economias pequenas, como Guiné-Bissau e Andorra. Mesmo países como a China, que apresentam o PIB muito elevado, ainda se classificam como Sul pelo fato dos índices de desigualdade social, analfabetismo, mortalidade infantil, entre outros, serem bastante elevados. CSS não seria um fenômeno recente, tendo as origens por volta do século XX, tais mudanças foram devido a participação das potências emergentes após a crise de 2008, no caso a participação do bloco BRICS (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M. 2020).

Por exemplo, a cooperação Norte-Sul é caracterizada por um padrão vertical, e marcada por ser um fenômeno de ajuda (muitas vezes vista como uma obrigação decorrente da exploração colonial), a CSS passa a ser entendida como uma parceria, que é muito mais voltada para ganhos mútuos, um padrão horizontalizado (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M, 2020).

O fato é que ela trouxe oportunidades e novos desafios, os quais apontam para um processo de reestruturação da arquitetura institucional da cooperação para o desenvolvimento, e os BRICS são atores importantes nesse movimento, a CSS entrando em evidência, diversos aspectos comparativos surgiram para procurar diferenciar este tipo de engajamento da cooperação Norte-Sul (LACERDA, J; RIBEIRO, M; LYRA, M, 2020). Além disso, se comparada com a cooperação Norte-Sul, a CSS ainda tem um volume pouco expressivo no seu total — principalmente quando se retira a China dos dados colhidos.

**FIGURA 1- PAÍSES DO SUL GLOBAL**

Fonte :Laura Wolff ,2020.

Na figura acima, os países do Norte Global são representados em cor azul, enquanto os países do Sul Global são representados em cor laranja. Diante do que foi apresentado, o objetivo deste capítulo foi o de analisar a cooperação sino-brasileira e verificar quais os impactos referentes a essa parceria, sejam eles positivos ou negativos. Com base em análises bibliográficas e de indicadores econômicos, percebeu-se a importância das relações comerciais com a China para a balança comercial brasileira e ficou evidente que o IED<sup>36</sup> chinês dá grande importância, ultimamente, ao comércio de minério.

O próximo capítulo, servirá para analisar o período de 2011 a 2018 dos governos dos presidentes Dilma Vana Rousseff e Michel Miguel Elias Temer Lulia, com o foco no mercado de exportação do minério de ferro para a China, e a volatilidade dos valores exportados no período analisado, para compreender tal situação dessas relações econômicas entre os países, analisamos a relação diplomática do Brasil com a China de cada governo que está em foco no trabalho, e também os dados da balança comercial de importações e exportações entre os países.

---

<sup>36</sup> O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é, num sentido mais amplo, a movimentação de capitais internacionais para propósitos específicos de investimento, quando empresas ou indivíduos no exterior criam ou adquirem operações em outro país.

#### 4 OS FLUXOS COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA (2011-2018)

Neste quarto capítulo, para a análise do período proposto, os anos de 2011 a 2018, este será dividido em duas fases: a primeira de 2011 a 2016, e a segunda de 2016 a 2018. Será feito uma descrição histórica desses tempos e conseqüentemente uma análise da maneira que foi a duração de cada período.

A primeira fase marca um fato histórico importante na história do país: ao ganhar as eleições em 2011, Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher a assumir a presidência da República do Brasil. Rousseff é economista e política brasileira, e antes de ser presidente do país, foi Ministra-chefe da Casa Civil, Ministra de Minas e Energia, Secretária Estadual de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul, Secretária Estadual de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul e Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Atualmente, no ano de 2023, ela ocupa o cargo de presidente do Banco dos BRICS.

Com isso, o Brasil se tornou o primeiro país de língua portuguesa presidido por uma mulher. Dilma foi reeleita em 2014, porém seu segundo mandato não foi concluído devido ao *impeachment*. Seu segundo mandato foi marcado por algumas crises econômicas e políticas no país, com o PIB per capita caindo mais de 9% entre 2014 e 2016.<sup>37</sup>

Nesse período a situação econômica piorou ainda mais, e conseqüentemente piorou a situação do país. Criou-se uma crise política, e, com isso, rupturas no governo, os aliados da presidência no Parlamento diminuíram. Em abril de 2016, a maioria dos deputados federais foram favoráveis ao *impeachment* do governo Dilma Rousseff. Em maio de 2016, a maioria do Senado votou pela abertura de processo de *impeachment* de Dilma, por crime de responsabilidade fiscal.

O segundo período é destinado ao governo do Michel Miguel Elias Temer Lulia, advogado, professor, escritor e político brasileiro, natural de Tietê, interior de São Paulo filiado ao Movimento Democrático Brasileiro. Foi o 37º presidente do Brasil, de 31 de agosto de 2016 a 1 de janeiro de 2019, empossado após o *impeachment* da titular, Dilma Rousseff. Antes disso, foi eleito vice-presidente em 2010 e reeleito em 2014. Em 2019, chegou a ser preso pela polícia federal<sup>38</sup>. Além disso, Michel Temer ocupou, ao longo de sua carreira política, os cargos de secretário de segurança pública de São Paulo e presidente da Câmara dos Deputados como deputado federal por São Paulo.

---

<sup>37</sup> FONTE : BANCO MUNDIAL. Tais dados podem ser conferidos no gráfico 1.

<sup>38</sup> “Temer Se Entrega à PF Em São Paulo Após Nova Ordem de Prisão.” G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/09/temer-deixa-sua-casa-para-se-entregar-a-justica-apos-nov-a-ordem-de-prisao.ghtml>. Acesso às 13h59min em 19 de maio de 2023.



#### 4.1 O primeiro mandato da Dilma Rousseff

Em relação ao Governo de Dilma Rousseff, quando ela tomou posse, em 1 de janeiro de 2011, as perspectivas dos analistas econômicos para a economia brasileira eram bastante auspiciosas. A maior parte deles projetava um crescimento do PIB para 2011 e 2012 na casa dos 4,5% ao ano, com o produto industrial crescendo a taxas médias pouco superiores. Acreditava-se que seria possível crescer nesse ritmo com a inflação em queda; em 2011 ela ainda permaneceria próxima de 5,7% (é importante lembrar que no último ano do governo Lula, em 2010, a inflação chegou a 5,9%), convergindo para a meta de 4,5% a partir de 2012. Tais perspectivas otimistas tinham sua razão de ser.

Em 2010 a economia brasileira tinha crescido em 7,5%, taxa superior a qualquer outro ano desde 1986, o ano do Plano Cruzado. No cenário externo, a economia mundial – particularmente a economia norte americana e europeia – parecia estar superando a pior fase da recessão desencadeada a partir da crise do *subprime*<sup>39</sup> em 2008. Um ingrediente adicional a estimular esse confiante prognóstico dizia respeito à própria personalidade da presidenta que então tomava posse, mais identificada com uma postura desenvolvimentista do que seu antecessor.

O primeiro ponto a ser tratado é a economia do país e os acontecimentos que geram uma crise econômica e política. Logo após a sua posse no governo, houve a saída do então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e, assim, para seu lugar, foi escolhido o ex-diretor do Banco Central Alexandre Tombini, que, em discurso de posse, defendeu um sistema financeiro sólido e eficiente como condição para crescimento sustentável.

Um estudo sobre seu primeiro ano de governo, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores em parceria com o Instituto Humanitas da Unisinos, considerou que os princípios que nortearam sua atuação inicial derivam de um modelo desenvolvimentista e intervencionista, em que o Estado tem importante papel na regulação e fomento do crescimento econômico, bem como na definição das estratégias para o crescimento. Algumas grandes dificuldades econômicas apareceram pela mudança no contexto internacional, diluindo o ambiente favorável ao crescimento nacional que Lula encontrará no seu primeiro governo e trazendo desafios inesperados aos planos originais, fazendo baixar as expectativas.

---

<sup>39</sup> A crise financeira de 2008, popularmente chamada de crise do *subprime*, foi um dos piores desastres econômicos globais dos últimos anos. Originada nos EUA, ela teve início com o estouro da bolha de hipotecas no mercado financeiro e se alastrou pelo restante do mundo, com efeitos catastróficos e duradouros.

Nesse contexto, em 2012, a balança comercial brasileira registrou um superávit — saldo entre importações e exportações — de US\$ 14,8 bilhões<sup>40</sup>. O desempenho deste ano foi positivo, mas ao analisarmos o ano anterior, houve uma queda nesse saldo: em 2011 somou-se um saldo de US\$ 25,6 bilhões. A queda de 2011 para 2012 foi demonstrativa da piora no ano seguinte. Em 2013 houve déficit de US\$ 9 bilhões, uma variação aproximadamente de US\$ - 23 bilhões e no ano seguinte houve outra queda no saldo, de modo que o déficit foi de US\$ 9,9 bilhões<sup>41</sup> em 2014<sup>42</sup>.

No texto acima foi retratado a balança comercial do Brasil os superávits ou déficits no período de governo da Dilma e nesse contexto é importante retratar o PIB do país também. Em 2012, os valores do PIB chegaram a R\$ 4,8 trilhões tendo um percentual de 1,9%<sup>43</sup>. Em 2013, os valores do PIB chegaram a R\$ 5,3 trilhões tendo um percentual de 3%<sup>44</sup>, tais números foram positivos em relação a crise econômica que o país estava enfrentando.

O resultado ficou abaixo das estimativas iniciais do governo para o ano, mas surpreendeu os economistas do mercado financeiro, que aguardavam uma expansão menor. Representante do mercado financeiro, a professora da PUC-RJ e diretora da consultoria Galanto, Monica Baumgarten de Bolle, afirmou que o comportamento da economia em 2013, melhor do que era esperado, poderia afastar as avaliações pessimistas que começavam a surgir no país, “isso vai gerar um choque de realidade sobre a economia do País. O pessimismo não se traduz em recessão ou queda do PIB.”<sup>45</sup>.

<sup>40</sup> Segundo dados do Comex Stat a Balança Comercial do Brasil registrou em 2012 o pior desempenho desde o ano de 2003, apresentando um saldo superior a US\$ 14 bilhões, enquanto em 2011 o saldo foi superior a 25 bilhões. Tais informações estão disponíveis em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso às 15h25min em 10 de abril de 2023

<sup>41</sup> Em julho de 2014 a Balança Comercial teve superávit de US\$ 311 milhões, mas o saldo do ano em questão ainda era negativo levando-se em conta os meses anteriores. Tais informações estão disponíveis em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso às 15h12min em 10 de abril de 2023

<sup>42</sup> Os dados disponibilizados pelo Comex Stat nos permitem notar que em 2013 e 2014 a Balança Comercial registrou os primeiros déficits desde 2000. Esses dados estão disponíveis em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso às 13h22min em 9 de abril de 2023

<sup>43</sup> Segundo dados do IBGE 2012, disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=s-eries-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=s-eries-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso às 13h12min em 10 de abril de 2023.

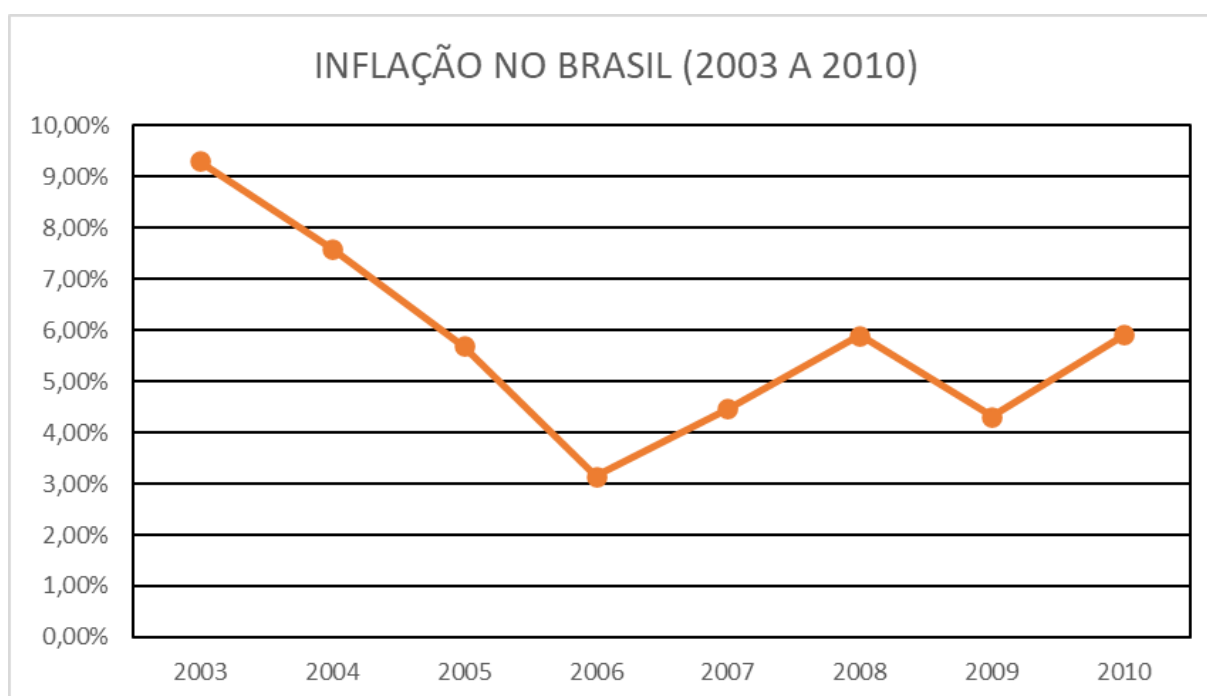
<sup>44</sup> Segundo dados do IBGE 2013, disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=s-eries-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=s-eries-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso às 11h11min em 9 de abril de 2023.

<sup>45</sup> Segundo o Boletim do Banco Central do Brasil que apresenta o Relatório Anual de Contas, o ano de 2012 fechou com um aumento no PIB de 0,9%, enquanto em 2011 foram 2,7%. Esses dados estão disponíveis em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/rel2012cap1p.pdf>. Acesso às 10h10min em 9 de setembro de 2022.

Além disso, outro item importante a ser analisado é a inflação durante os anos de governo da Dilma. Em janeiro de 2011, primeiro mês do Governo Dilma, o índice de inflação registrou taxa mensal de 0,83%, o maior resultado desde abril de 2005, que levou a taxa acumulada em 12 meses para 5,99%. Em março de 2011, com pressão forte motivada por preços do grupo Alimentação e Transportes, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se manteve num nível elevado, de 0,79%, que representou a maior taxa para o mês desde 2003.

O resultado mensal levou a taxa acumulada em 12 meses para 6,30%, nível bem perto do teto da meta perseguida pelo Banco Central, que gerou preocupações dos economistas do mercado financeiro e obrigou o governo a adotar novas medidas de restrição ao crédito para controlar o aquecimento da economia. No mês de abril, o indicador do IBGE mostrou desaceleração, para uma taxa de 0,77%, mas isso não impediu que o resultado acumulado em 12 meses superasse o teto da meta de inflação.

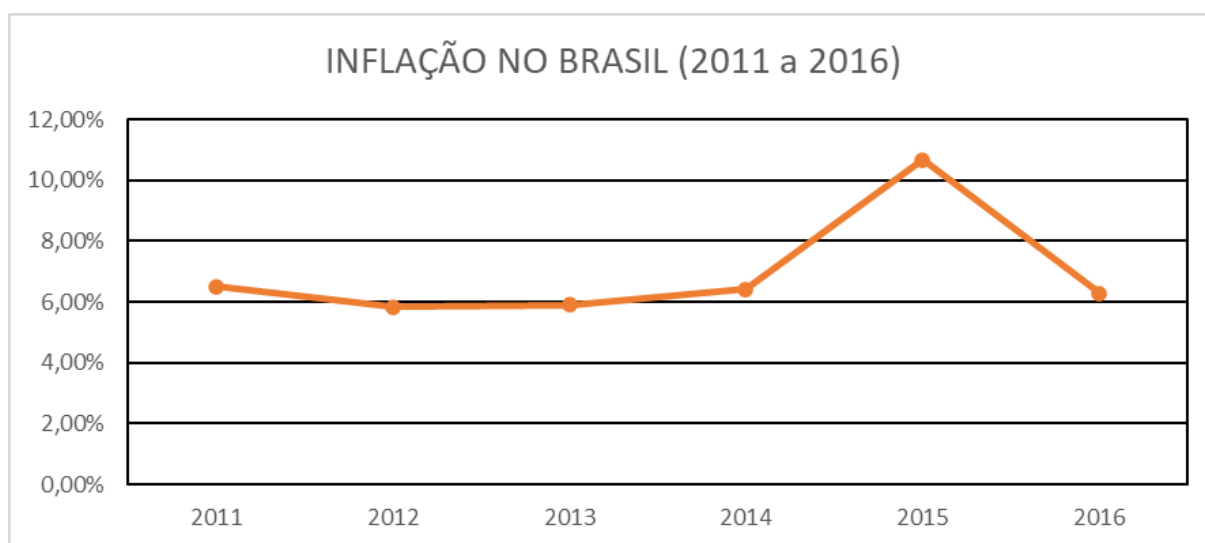
**GRÁFICO 4: INFLAÇÃO BRASILEIRA (2003-2012)**



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023)

O índice de inflação encerrou 2011 com uma taxa acumulada de 6,50%<sup>46</sup> e ficou no teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), registrando o maior nível anual desde 2004, quando apresentou taxa de 7,60%. Em 2012, a inflação oficial registrou taxa de 5,84%<sup>47</sup>, no gráfico 5 está demonstrado a trajetória da inflação no país. As medidas adotadas desaceleraram a inflação, embora não tanto como o governo havia planejado.

**GRÁFICO 5: INFLAÇÃO BRASILEIRA (2011-2016)**



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023).

O segundo ponto deste capítulo a ser tratado é a economia internacional e como Dilma e o seu governo lidou com a política externa, depois de receber do governo anterior o País com um valor total recorde de US\$ 288,575 bilhões em reservas internacionais, a gestão Dilma Rousseff conseguiu uma reserva internacional, no conceito liquidez, que totalizou US\$ 352,01 bilhões, montante 21, 9% maior que o de 31.12.2010.<sup>48</sup>, o que representou nova marca histórica. Economistas avaliam que, se por um lado, um valor alto das reservas possibilita

<sup>46</sup> De acordo com o Histórico para metas de inflação divulgado pelo Banco Central no ano de 2011 a inflação efetiva foi 6,5%, enquanto a meta para o ano era de 4,5%. Esses dados estão disponíveis em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso às 10h04min em 7 de setembro de 2022.

<sup>47</sup> Já para o ano de 2012 os dados do Banco Central apontam para uma inflação de 5,84%, tendo como meta para o ano em questão os mesmos 4,5% do ano anterior. Esses dados estão disponíveis em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso às 11h40min em 6 Setembro de 2022.

<sup>48</sup> Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/relgestaoreservas/GESTAORESERVAS201206-relatorio\\_de\\_gestao\\_das\\_reservas\\_2012.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/relgestaoreservas/GESTAORESERVAS201206-relatorio_de_gestao_das_reservas_2012.pdf). Acesso às 11h40min em 06 de abril de 2023.

uma maior segurança para o país enfrentar crises externas, por outro lado, a compra de dólares por parte do governo brasileiro tende a aumentar a dívida interna nacional.

Em 2013 as reservas internacionais brasileiras registraram o primeiro recuo em 13 anos. Segundo informações do Banco Central, em 31.12.2013, as reservas internacionais do Brasil totalizaram, pelo conceito de liquidez internacional, US\$ 375,79 bilhões, enquanto em 31.12.2012, as reservas internacionais do Brasil, pelo conceito de liquidez internacional, totalizaram US\$378,61 bilhões, o que aponta para uma diminuição de 0,74%, ou US \$2,81 bilhões.

<b>QUADRO 2: BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL (2011-2014)</b>			
<b>Balança Comercial</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
2011	253.666	227.969	25.696
2012	239.952	225.166	14.786
2013	232.544	241.500	-8.956
2014	220.923	230.823	-9.899

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2022).

2013 e 2014 foram os piores anos desde os anos 2000 em relação ao saldo da balança comercial, nesses dois anos houve déficits muito altos. Tais resultados negativos afetam bastante a economia brasileira, e outros setores do país. Essa crise não se restringiu ao Brasil e por isso houve muitas dificuldades ao ser enfrentada para melhorar os resultados do PIB e sair da inflação, como será mostrado neste capítulo ainda. A crise era mundial,

Em uma situação de elevada liquidez no mercado internacional, os juros elevados, mantidos sistematicamente acima da média internacional, ao proporcionarem polpuda remuneração ao capital fictício acarretaram volumosa entrada de capitais especulativos, o que foi fundamental para manter a tendência de valorização do real (CORSI, 2016).

Toda essa situação de “caos” no Brasil e no cenário internacional, deixou o governo numa posição fragilizado, e assim tornou o governo mais vulnerável às pressões do capital financeiro, que passou a exigir o retorno às políticas ortodoxas, cujos principais símbolos são a elevação dos juros e o superávit primário (CORSI, 2016).

**QUADRO 3: EXPORTAÇÕES DO BRASIL AO BLOCO DA ÁSIA EM  
ESPECÍFICO A CHINA (2011-2014)**

ANO	PAÍSES	BLOCO ECONÔMICO	VALOR FOB (US\$)
2011	China	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	\$44.304.607.898
2012	China	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	\$41.225.811.420
2013	China	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	\$46.023.192.076
2014	China	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	\$40.611.876.675

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2022).

As exportações brasileiras totalizaram US\$ 225,1 bilhões em 2014, o menor valor desde 2010, quando as exportações somaram US\$ 201,9 bilhões. Em 2013, o país exportou US\$ 242 bilhões. Considerando a média diária, as exportações para a Ásia caíram 5,3% no ano anterior. As vendas para a China atingiram US\$ 46,026 bilhões em 2013 e US\$ 40,6 bilhões em 2014, uma queda de 11,8%. Por outro lado, as vendas para os países do MERCOSUL caíram 15,2% – de US\$ 29.533 milhões em 2013 para US\$ 25.053 milhões em 2014. As exportações para a Argentina contribuíram para esse resultado, que caiu 27,2% (US\$ 19,615 bilhões em 2013 e US\$ 14,282 bilhões em 2014).

Ao se aprofundar mais nesse assunto, pode-se confirmar um consenso de que Lula se envolvia mais com a política externa e fazia questão de capitalizar internamente sua projeção internacional, desde a participação em fóruns regionais novos como a UNASUL até a participação nas reuniões multilaterais na OMC e no G-20, na qual chegou a ser chamado de “o cara” por Barack Obama (BASTOS, P e HIRATUKA, C; 2017).

A política externa dos governos petistas foi pautada por políticas desenvolvimentistas e as relações Sul-Sul. Durante o seu discurso de posse, a então presidente deixou claro que continuaria com as políticas domésticas e externas iniciadas no governo Lula. Na sua fala, ela disse:

“Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo. Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservamos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia. Vamos dar grande atenção aos países emergentes. O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão

de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais. Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional”. (ROUSSEFF, 2011).

Assim, com essa situação criada, esperava-se que o governo fizesse algumas de suas propostas originais devido à desaceleração do crescimento. Com essa situação já estabelecida, percebeu-se que o presidente mudou o perfil moral da política externa brasileira, transformando-a em uma diplomacia de resultados por meio de negociações com a sociedade civil e o empresariado. Nery (2011 apud RIBEIRO, 2017, p. 3) diz que esse tipo de comportamento outrora aceito pelo governo é compatível com a relação entre Brasil e China.

O governo petista, nesta gestão, fez poucas visitas presidenciais em comparação com os dois mandatos do governo petista anterior, o que contribuiu para uma mudança na condução da política externa do Brasil. De acordo com Cornetet (2014, A), a presidente Dilma fez 30% menos viagens internacionais que Lula no primeiro mandato e 50% menos no segundo mandato daquele período. Na época de Dilma Rousseff, o comércio enfrentou as consequências da crise, como a forte queda do crescimento econômico do país afetou o volume de exportações, bem como o orçamento para financiamento de projetos de cooperação técnica. (CERVO; LESSA, 2014).

Cornetet (2014, B) coloca o governo Dilma na categoria de “Contenção da continuidade”, pois, além do exposto, este governo também reduziu o número de vagas de novas embaixadas, pelo menos 75% menos do que o governo anterior.

Essa contenção da política externa é bem conhecida no governo Dilma, em comparação com a maior ênfase que essa política recebeu no tempo de Lula. A continuidade do trabalho do governo anterior nessa área é verdade, mas com menos ênfase, há uma mudança com mais retórica do que conteúdo, isso se deve à situação internacional em que se colocou o governo petista de 2011 a 2014, que é, é muito fechado novamente, menos inclinado aos anseios do Brasil e ao estilo de governança do líder de cada Estado, no nosso caso, um presidente impessoal e menos efetivo na política internacional.

A partir dessa conclusão, neste governo, deu-se mais importância à política interna, deixando para trás a política externa, o que traz como resultado a redução da voz do Brasil nas discussões internacionais, criando, a partir de então. Um furo nas ações do Brasil no sistema internacional, é visto em vários casos.

Quando Dilma assumiu a presidência, as diretrizes da política externa não foram alteradas, como já apresentado nos parágrafos acima. Essa política permanece sem alinhamento pré-definido, independência e defensora dos princípios da diplomacia brasileira. Por outro lado, esse governo começou, de fato, com uma política externa limitada e tímida, ou seja, bem diferente da maneira como Lula conduziu.

Nesse ponto de política externa, afunilando para relações entre o Brasil e a China, e maneira que foram conduzidas nesse período do governo da Dilma. O Governo Dilma começou a gestão da política externa com algumas mudanças de posição em relação ao governo anterior.

Uma delas foi relacionada às questões dos direitos humanos do Irã, já que no governo anterior o representante do país na ONU se abstinha de votar a favor de sanções. Dilma deixou claro que estaria disposta a mudar o padrão de votação do Brasil em resoluções que tratam das violações aos direitos humanos no país do Oriente Médio.

Como já apontado no capítulo anterior, o Estado chinês deu início a sua aproximação com o sul global nos anos 2000 em busca de matérias-primas e mercados para sustentar o crescimento econômico do país (Becard, 2011). No Estado brasileiro, podemos destacar os motivos dos interesses da china, segundo Becard:

D) explorar matérias-primas e recursos energéticos considerados necessários para dar prosseguimento à expansão da economia chinesa; ii) aumentar o lucro dos negócios chineses, seja por meio da venda de produtos com maior valor agregado, seja por meio do fornecimento de empréstimos a brasileiros; iii) garantir a presença chinesa no mercado brasileiro e, por meio deste, no mercado sul-americano, considerado cada vez mais competitivo, restritivo e protegido por altas tarifas de importação; iv) trocar informações na área de ciência e tecnologia e adquirir tecnologias de ponta; v) utilizar a parceria como forma de diversificar os negócios chineses e aumentar o poder de barganha do país no cenário internacional, evitando dependência e assimetrias frente a outros parceiros (BECARD, 2011, p. 40).

Portanto, desde 2009, a China se tornou o maior importador de matérias-primas brasileiras, compostos majoritariamente por produtos básicos — 77% em 2008. Isso levou o comércio entre Brasil e China a apresentar assimetrias (a economia brasileira exporta bens básicos e não manufaturados para a RPC, enquanto o Estado da China se apresenta como um importante exportador de bens manufaturados e de alto valor agregado)<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Tem sido cada vez mais comuns discussões acerca da “atual inserção internacional do país [Brasil], de sua estratégia e de suas parcerias, assim como de suas potencialidades e fragilidades e, em especial sobre o próprio relacionamento com a China” (Oliveira, 2016, 151). Há, assim, um amplo debate na economia política acerca da perda da participação da indústria na composição do PIB (Produto Interno Bruto). Oliveira (2016) discorda da tese acerca da qual a desindustrialização brasileira está diretamente associada às relações Brasil-RPC, como contraponto ele ressalta que há, na verdade, uma perda da competitividade brasileira face ao incremento da produtividade chinesa.



Dito isso, cabe destacar que as relações econômicas entre esses países não se limitam às exportações brasileiras de matérias-primas e às compras brasileiras de produtos industriais produzidos na China. As relações sino-brasileiras são muito diversas: o Estado chinês também vem promovendo grande volume IED no Brasil<sup>50</sup>.

Em suma, fica claro que o governo Dilma, principalmente em sua época do primeiro mandato, buscou apoiar os capitalistas domésticos, dando continuidade ao estilo de atuação de políticas nas áreas econômica e externa, parecidos ao do governo Lula.

No caso da China, embora o governo brasileiro tenha mantido o estado da economia de mercado, o que não agradou a certas parcelas dos capitalistas domésticos, notou-se também a continuidade de programas que pretendiam aprofundar a relação entre os dois países e garantir o aumento das exportações.

Portanto, é notável que os interesses dos capitalistas domésticos continuaram a influenciar o projeto de internacionalização do Estado brasileiro, apesar do conflito em relação ao comércio bilateral. Isso porque os diferentes setores do capitalismo doméstico brasileiro parecem concordar com o crescimento do investimento estrangeiro da China no Brasil. Por conta disso, acredita-se ser válido apontar que a política externa de Dilma tem dado continuidade ao projeto de sujeição conflitual, o que tem permitido o aumento da margem de manobra do Estado brasileiro em relação aos Estados Unidos.

Conclui-se, a política externa nos governos do PT, as diretrizes de Política Externa brasileira (PEB) para ambos os governos foram semelhantes, dada a ênfase na integração regional e no aprofundamento das relações com uma região da China. No entanto, percebemos que de alguma forma os resultados da economia não eram tão bons. Contamos a diferença nos resultados dos dois fatores: a retração econômica internacional após a crise de 2008.

## **4.2 Continuidade da Dilma Rousseff**

Dilma Rousseff se reelegeu para seu segundo mandato, derrotando o candidato Aécio Neves por uma margem estreita, o que gerou insatisfação em parte da sociedade e entre os opositoristas. Esses fatores, somados ao início da crise econômica, contribuíram para o

---

<sup>50</sup> Segundo o CEBC (2019), os investimentos das empresas brasileiras no Brasil tiveram a seguinte evolução: 13,1 bilhões de dólares em 2010, 8 bilhões de dólares em 2011, 3,4 bilhões de dólares em 2012 e 2013, 1,7 bilhões de dólares em 2014, 7,4 bilhões de dólares em 2015, e 8,4 bilhões de dólares em 2016, 8,8 bilhões de dólares em 2017 e 3 bilhões de dólares em 2018.

aumento generalizado da insatisfação popular em relação à política, resultando em protestos contra o governo por todo o país. Entretanto, a principal causa foi interna e está associada a medidas econômicas que não surtiram os efeitos desejados.

Adotado a partir de 2011, o conjunto de medidas conhecido como nova matriz econômica, que incluía políticas de forte intervenção governamental na economia, redução da taxa de juros, concessões de subsídios e intervenção em preços, gerou a crise de sustentabilidade fiscal que se seguiu e elevou o risco-país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, o que reduziu o consumo e o investimento em 2015 e 2016. O ajuste fiscal promovido no final de 2014 e ao longo de 2015 acabou por aprofundar a crise.

O Brasil entrou em recessão<sup>51</sup> no segundo trimestre de 2014, isso de acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace)<sup>52</sup>. Depois de apresentar um ligeiro crescimento em 2014 (crescimento real do PIB de 0,5%)<sup>53</sup>, em 2015 houve uma contração, em termos reais, de -3,5%<sup>54</sup>, e de - 3,3% em 2016<sup>55</sup>. Diante do exposto, um dos grandes debates na economia brasileira nos últimos anos foi sobre as causas que levaram o país a uma das piores recessões de sua história. Uma parte credita mais a fatores internos (principalmente derivados da chamada — Nova Matriz Macroeconômica do governo Dilma).

Outra parte acredita que fatores externos também tiveram contribuição relevante para essa desaceleração da economia. O resultado foi que as medidas de contração fiscal e monetária no primeiro mandato da presidente Dilma, em particular a forte contração dos

---

<sup>51</sup> O conceito de recessão econômica é dado quando a economia de um país se contrai por dois trimestres consecutivos. Mais precisamente, quando o produto interno bruto (PIB) para de crescer e começa a cair. Esses dois primeiros trimestres de queda são chamados de recessão técnica, calculada com base na comparação feita com o semestre anterior. O agravamento dessa contração na economia, somado a um grande impacto no desemprego e na renda, junto com o encolhimento dos setores, representa de fato uma recessão econômica, que é essencialmente onde nascem as grandes crises.

<sup>52</sup> A economia brasileira encontra-se formalmente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getúlio Vargas. O produto per capita brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016. Acesse as informações desses dados, disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-03/comite-de-datacao-de-ciclos-economicos-comunicado-de-4-8-2015.pdf>. Acesso às 11h05min 26 de abril de 2023.

<sup>53</sup> No 4 trimestre do ano de 2014 o PIB cresceu 0,5%. Acesse as informações desses dados, disponíveis em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso às 13h05min 26 de abril de 2023.

<sup>54</sup> No 4 trimestre do ano de 2015 o PIB teve uma queda -3,5 %. Acesse as informações desses dados, disponíveis em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso às 13h15min 26 de abril de 2023.

<sup>55</sup> No 4 trimestre do ano de 2016 o PIB teve uma queda de - 3,3%. Acesse as informações desses dados, disponíveis em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso às 13h25min 26 de abril de 2023.

investimentos públicos, foram a causa fundamental da desaceleração econômica no período de (2011-2014). E na recessão que teve início em 2015, atribui-se o papel fundamental ao forte ajuste fiscal, além da elevação da taxa de juros pela política monetária nos últimos anos (BALASSIANO, M; 2018).

No seu primeiro governo, Dilma foi ousada, buscando reduzir os riscos presentes na economia brasileira, bem como os sinais que aproximavam o governo do neoliberalismo, como a presença de Henrique Meirelles, no Banco Central (CARLEIAL, L., 2015).

Dilma não fez nenhuma carta aos brasileiros e, portanto, parecia mais livre para agir. Por outro lado, o governo Dilma desde 2011 sofreu as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. A continuidade das ações anticíclicas<sup>56</sup> revela que houve uma subestimação dos seus efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro, bem como sobre as contas externas brasileiras (CARLEIAL, L. M. D. F. 2015).

Apesar de acertada a medida de intervir no mercado de energia para renegociar os contratos, uma vez que os investimentos já haviam sido amortizados, os efeitos danosos da seca geraram pressões sobre os preços da energia, impulsionando a inflação. O governo Dilma tenta aumentar o estímulo ao investimento privado que já vinha sendo estimulado pelas ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Certamente, o governo Dilma apostou excessivamente nas desonerações da folha de pagamentos que retirou a cota patronal da previdência referente à remuneração do trabalho. Essa cota foi substituída por uma contribuição sobre a receita bruta, de 2,5% e 1,5%, dependendo do setor ou produto, alíquotas essas que foram posteriormente reduzidas para 2,0% e 1,0% (CARLEIAL, L., 2015).

Ademais, havia também a expectativa de melhora da competitividade que viria pela redução dos custos de produção associados à diminuição dos encargos incidentes sobre a folha de salários, sem afetar a remuneração dos empregados ou seus direitos previdenciários. Pinto (2015 apud CARLEIAL, L., 2015, p. 7), com metodologia própria, evidencia que mesmo no período Dilma, o desempenho da rentabilidade sobre o patrimônio líquido das empresas mantém-se em níveis altos para o setor financeiro, reduz-se para a indústria de

---

<sup>56</sup> Anticíclico é um termo genérico que se refere a qualquer processo que contraria um ciclo natural. Na economia, o anticíclico é um adjetivo que caracteriza as ações que visam impedir, conter ou minimizar os efeitos dos ciclos econômicos. Às políticas anticíclicas são defendidas geralmente pelos keynesianos, “A indicação do uso de políticas anticíclicas em períodos de queda da demanda, por Keynes (1936), foi popularizada através de sua divulgação no modelo IS-LM elaborado a partir de Hicks (1937). A solução proposta para períodos de redução da atividade era indubitável: promover políticas fiscais, monetárias e creditícias expansionistas. Não é sem motivos que Joan Robinson, no início da década de 1970, batizou essa abordagem keynesiana mecanicista de (keynesianismo bastardo)” (SOUZA E SILVA; CURADO, 2019).

transformação, mas ainda permanece em patamares altos, em torno dos 10%. O Pinto (2015) retrata a dificuldade das negociações para a colaboração do setor privado, no quesito das empresas multinacionais.

O segundo governo Dilma, decide implementar um corte nos gastos de mais 60 bilhões de reais, anunciando que essa seria a “senha” para a retomada do crescimento num futuro próximo em condições mais sólidas, ou seja, mais confiáveis do ponto de vista do mercado<sup>57</sup>. Fica difícil sustentar o argumento de que associar juros altos e corte nos gastos governamentais leve à retomada do crescimento.

O que tende a ocorrer é queda do crescimento econômico, desestímulo aos investimentos com todas as consequências negativas sobre o emprego e a renda. Também foram alteradas as regras de alguns programas sociais como o seguro-desemprego e o abono salarial. Para acessar o seguro-desemprego, o trabalhador terá de ter trabalhado durante 18 meses na primeira solicitação.<sup>58</sup>

O desemprego no ano de 2015 aumentou bastante em relação ao ano anterior, um aumento de 38,1% no ano, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foi o pior resultado desde 2004, quando começou a série atual (a pesquisa não foi realizada em 2010)<sup>59</sup>. É possível afirmar que o crescimento de pessoas desempregadas no Brasil, por sua vez, reduz a arrecadação de impostos e reduz o consumo, gerando uma reação negativa em cadeia que atinge negativamente os investimentos.

Todavia, o desempenho da economia brasileira durante o mandato de Dilma revelou-se bem menos proveitoso. A confirmar-se o crescimento de 1% projetado para 2014, a economia brasileira havia crescido nesses quatro anos em média 1,8% ao ano; o crescimento acumulado de quatro anos foi de 7,4%, o que foi menor que o crescimento observado no último ano do governo Lula. A renda per capita, por sua vez, havia crescido apenas 0,9% ao ano, ou seja, a renda média do brasileiro apresentou incremento de apenas 3,5% nos quatro anos de Dilma (PIRES, J; ANDRÉ, F., 2015).

---

<sup>57</sup> VILLAVERDE, João. Governo federal anuncia corte recorde no Orçamento e freia investimentos do PAC. Senado. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/510773/noticia.html?sequence=1>. Acesso às 11h20min em 7 de novembro de 2022.

<sup>58</sup> Ministério do Trabalho e Previdência. “Seguro-Desemprego Formal.”. Disponível em: [www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/trabalhador/seguro-desemprego/seguro-desemprego-formal](http://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/trabalhador/seguro-desemprego/seguro-desemprego-formal) . Acesso às 11h34min em 17 de outubro de 2022.

<sup>59</sup> Tais informações dos dados do IBGE (2016), disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso às 11h34min de abril de 2023 .

Um dos problemas com os quais o governo Dilma Rousseff teve que lidar durante seu mandato diz respeito à desaceleração da taxa de crescimento da economia mundial. Após ver o crescimento mundial variar positivamente, em média 4,42% entre os anos 2000 e 2005 e 5,32% entre os anos de 2006 e 2008, e no ano de 2009 essa despencar a níveis próximos de zero não ultrapassando 4% nos anos subsequentes, exceto no ano de 2010 quando a variação foi de 4,2%. Indo para o segundo mandato do seu governo, em 2014, o Banco Mundial revisou para baixo a estimativa de crescimento da economia global, de 3,2% para 2,8%, graças principalmente às perspectivas mais fracas em relação aos Estados Unidos, Brasil, Rússia e China<sup>60</sup>.

Na onda de crescimento mundial observada a partir do início do século XXI, as commodities tiveram significativa alta nos preços e, algumas delas, que são importantes para a economia brasileira, se mantiveram num patamar mais elevado do que a média histórica, mesmo após a crise de 2008. Aliado ao aumento dos preços de bens básicos e semimanufaturados, categorias cuja importância é decisiva para a balança comercial brasileira, a intensificação do comércio mundial foi ponto chave na participação do Brasil no cenário internacional e no incremento de sua taxa de crescimento relativamente ao observado no final do século XX.

Ter a China como parceiro comercial, estreitando os laços “Sul-Sul”, foi determinante para o aumento da participação brasileira no comércio internacional. Em 2003, o Brasil era responsável por 1% de todas as exportações mundiais, em 2012 o país era responsável por 1,4%. Parece pouco, e seria, se o total de exportações mundiais em dólares não tivesse subido 143% neste mesmo período<sup>61</sup>.

A China, neste mesmo período, deixou de ser o terceiro maior destino das exportações brasileiras e passou a ser a primeira, deixando para trás Estados Unidos e Argentina. O mesmo aconteceu com as importações brasileiras, se em 2003 a China era somente o quinto maior mercado de importações brasileiras, a partir de 2012 ela se consolidou em primeiro lugar.<sup>62</sup>

Essa evolução do comércio brasileiro com os demais países se deu de maneira bastante positiva, conforme já destacado neste trabalho, os preços de commodities como soja

---

<sup>60</sup> Conferir tais informações sobre o relatório do Banco Mundial sobre a economia global e do Brasil, no ano de 2014, está disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/conjunturaeconomica/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC22902>. Acesso às 13h21min em 17 de abril de 2023.

<sup>61</sup> Dados da OMC. “Estatísticas da OMC: Dados de Comércio e Tarifas”. Disponível em: [www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/statis\\_e.htm#stats](http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm#stats). Acesso às 10h11min em 17 de setembro de 2022.

<sup>62</sup> Dados do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercioexterior/>. Acesso às 10h34min em 17 de setembro de 2022.

e minério de ferro tiveram seus preços ampliados na década passada, o que ajudou a mitigar os efeitos causados nas trocas entre uma economia basicamente primário exportadora e os países fornecedores de bens manufaturados. Se as commodities contaram com aumento significativo dos seus preços na primeira década dos anos 2000, o mesmo não vem ocorrendo no governo Dilma.

Após atingir o pico em 2011, tendo neste ano 92% de aumento com relação ao ano de 2005, no ano seguinte a este, a continuidade e o os preços das commodities despencam, tal fato prejudica as exportações. Em 2012 a variação dos preços das commodities agregado caiu 3,3%, em 2013 a queda foi de 1,5%, em 2014 ocorreu novamente uma queda nos preços, desta vez de 1,4%.

<b>QUADRO 4: BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL (2015-2016)</b>			
<b>Balança Comercial</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
2015	186.782,4	173.104,3	13.678,1
2016	179.526,1	139.321,4	40.204,8

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023).

No ano de 2014 a balança comercial fechou em déficit e isso no segundo ano seguinte, já que em 2013 também fechou em queda. O alívio no ano de 2015, com a balança fechando em superávit comercial de US\$ 13,6 bilhões. No ano seguinte a esse, o saldo obteve uma melhoria acima do esperado, superando a balança comercial de anos anteriores, o aumento de alguns produtos ajudou esse ótimo resultado obtido neste ano, os comentários do Abrão Neto sobre essa crescente nas exportações, auxilia no entendimento da importância desses lucros.

“O superávit é resultado de um desempenho melhor das exportações em comparação com as importações. Apesar de uma queda no valor total das exportações em 3,5%, houve aumento das exportações de produtos industrializados e também das quantidades exportadas pelo Brasil, atingindo um patamar recorde” - O secretário de Comércio Exterior do MDIC, Abrão Neto (2017)

Outros produtos exportados ajudaram também, como afirma o Abrão Neto (2017), “Em 2016, tivemos volume recorde de exportações em vários produtos importantes como carne de frango, celulose, suco de laranja. Esses volumes recordes ajudaram no desempenho positivo.”.

<b>QUADRO 5: EXPORTAÇÕES DO BRASIL AO BLOCO DA ÁSIA EM ESPECÍFICO A CHINA (2015-2016)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>Bloco Econômico</b>	<b>Valor FOB (US\$)</b>
2015	China	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	\$35.155.353.691
2016	China	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	\$35.133.314.867

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2022).

As exportações do Brasil superaram as importações em US\$ 6,24 bilhões em dezembro. Como resultado, o saldo de 2015 foi de US\$ 13.6 bilhões, o maior nível desde 2012, quando foi de US\$ 14.7 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2015, a exportação foi de US\$ 186.7 bilhões, e a importação foi de US\$ 173.1 bilhões de dólares.

O acontecido que marca o final do governo da Dilma Rousseff veio no dia 2 de dezembro de 2015. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu um dos sete pedidos de *impeachment* contra Dilma, que havia sido protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, e entregue a Cunha pouco mais de dois meses antes (FALCÃO; ARGUELHES; PEREIRA, 2017).

No requerimento original foram incluídas denúncias de decretos assinados pela presidente em 2015, para liberar R\$ 2,5 bilhões, sem o aval do Congresso, nem previsão no orçamento, e diante essas situações Cunha desmentiu qualquer relação de “barganha” com o governo, afirmando que “a decisão de acatar o *impeachment* é factual, e concreta, tem tipificação clara”, mas continua a atribuir à presidente Dilma responsabilidades sobre as investigações contra ele (FALCÃO; ARGUELHES; PEREIRA, 2017). Seguindo ações parecidas com o governo do Lula, Dilma não tinha “vontade de fazer política” e não fez reuniões com as bancadas de partidos para tentar impedir o *impeachment* (FALCÃO; ARGUELHES; PEREIRA, 2017).

No dia 17 de abril de 2016, domingo, a Câmara dos Deputados, com 367 votos favoráveis, 137 contrários, além de 7 abstenções e 2 ausentes, autorizou o Senado Federal a instaurar processo de *impeachment* contra Dilma (FALCÃO; ARGUELHES; PEREIRA, 2017). Em 6 de maio de 2016, a comissão especial do *impeachment* do Senado aprovou, por quinze votos a favor e cinco contra o relatório do senador Antônio Anastasia, favorável ao prosseguimento do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, no mesmo mês

ainda desse período, no dia 11, Teori Zavascki negou o pedido do governo para anular o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (FALCÃO; ARGUELHES; PEREIRA, 2017). Dessa forma não houve mais alternativas para prosseguir o governo da Dilma e o seu período foi encerrado, por consequência o seu vice Temer assumiu no mesmo mês ( maio de 2016).

### 4.3 O Governo do Michel Temer

Neste segundo período, será analisado o governo Michel Temer, que teve início no dia 12 de maio de 2016, quando o então vice-presidente da República assumiu interinamente o cargo de presidente da República Brasileira, após o afastamento temporário da presidente Dilma, em consequência da aceitação do processo de *impeachment* pelo Senado Federal. Concluído o processo, no dia 31 de agosto do mesmo ano, Temer assumiu o cargo de forma definitiva, que ele ocupou até o dia 1 de janeiro de 2019, quando teve início o governo Bolsonaro. Temer chegou à presidência em meio a uma grave crise econômica e crise política no país e afirmou, no ato de posse, que seu governo haveria de ser um governo reformista.<sup>63</sup>

O Governo em questão, contudo, foi acusado de retrocessos por entidades e especialistas, notadamente na área social e ambiental e também na condução das questões indígenas<sup>64</sup>. Temer tirou proveito da melhoria dos índices da economia de seu governo para gravar um vídeo falando de boas notícias na economia e comparando os dados econômicos do governo Dilma.

“Com estes recursos, o governo fechar as contas de 2018 e garante o cumprimento da chamada regra de ouro”, disse Temer, acrescentando que “a Petrobras atingiu o maior valor de mercado da sua história, 312,5 bilhões de reais” e que o Brasil “foi considerado por 2.500 altos executivos de todo o mundo o segundo principal destino de investimentos externos dos principais setores industriais.”

O principal foco do seu governo em dois anos foi na recuperação da economia do país, redução da taxa de juros, queda da inflação e equilíbrio das contas públicas. Expondo em dados essa recuperação da economia, de junho 2016 a março de 2018, a taxa básica de

<sup>63</sup> Pronunciamento do presidente da República, Michel Temer, aos jornalistas - Brasília/DF em 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-presidente-da-republica-michel-temer-aos-jornalistas-brasilia-df>. Acesso às 10h34min em 17 de abril de 2023.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pedido-de-audi%C3%A2ncia-tem%C3%A1tica-na-OEA.pdf>. Acesso às 12h15min em 7 de setembro de 2022.



juros da economia (Selic) saiu de 14,25% para 6,50%, de acordo com dados do Banco Central (BC). No mesmo período o IPCA, a taxa oficial da inflação, caiu de 9,32% para 2,76%. Paralelamente à redução dos juros e da queda da inflação, Temer e sua equipe econômica, comandada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tomaram providências em relação ao orçamento público, que apresentou déficit em 2015 e fechou 2016 com rombo ainda maior.

O governo também conseguiu aprovar, em dezembro de 2016 no Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos<sup>65</sup>. Por 20 anos, ficará limitado o crescimento das despesas dos três Poderes, basicamente a proposta da PEC seria para o controle radical das despesas do país, estabelecendo um limite para o crescimento dos gastos.

Reforçando a ideia do motivo da criação da PEC, Zeina Latiff, economista-chefe da XP Investimentos, no ano de 2018, disse em uma reportagem ao portal de notícias Agência Brasil, que a emenda reforçou o compromisso com o ajuste fiscal, necessário no momento de crise em que o país passava. “Ela vai forçar a classe política a discutir políticas públicas e garantir este compromisso com o equilíbrio fiscal. Quando o país está com problemas fiscais e sem perspectivas de ajuste, a “PEC do teto” ajuda a estabelecer este rigor”, disse Zeina Latiff.

Outro comentário sobre esse assunto em questão, o então presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN), Eblin Farage, considera que a mudança teve impactos prejudiciais no orçamento de diversas políticas públicas, como a educação. “A emenda nivela por baixo sem enxergar nenhuma especificidade da educação. Ao estabelecer o teto, impõe cortes. De um ano para o outro, tudo aumenta. E os gastos para sustentar uma universidade também”, disse Eblin Farage.

Já a política externa de Temer foi marcada pela ruptura em relação aos governos de Dilma e Lula. Primeiro, pelo fato de nomear José Serra, um político para o cargo de chanceler, ao invés de um diplomata de carreira. Segundo, pela própria matriz ideológica do novo ministro representar uma visão de inserção internacional diferente. Durante os governos petistas a inserção internacional do Brasil, de forma mais acentuada na gestão Lula, esteve voltada para o sul global, reafirmando os efeitos positivos do multilateralismo na compensação do desequilíbrio de poder no Sistema Internacional.

---

<sup>65</sup> SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 “PEC 55/2016”. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso às 14h37min em 4 de maio de 2023.

Em março de 2017, após pedir demissão por problemas de saúde, o ministro José Serra transmitiu o cargo a seu colega Aloysio Nunes Ferreira, também senador pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de São Paulo e líder do governo Temer no Senado. O novo chanceler reiterou a postura de crítica à suposta partidarização da política externa encaminhada no período petista, admoestando, também, a perseguição de valores considerados transcendentais da nação para o plano internacional. A ascensão do PSDB à frente da chancelaria brasileira trouxe uma nova retórica, afirmando que o Brasil voltaria suas relações ao norte global, ao passo que priorizaria as relações bilaterais na condução de acordos de ordem econômico-comercial em detrimento de acordos multilaterais na OMC.

O novo governo manteve compromissos já assumidos em blocos envolvendo questões mais substanciais. Exemplos são a viagem à China, logo após sua posse, e à reunião dos presidentes do BRICS, em outubro de 2016. Ademais, e como amplamente noticiado pela mídia, ao comparecer a compromissos agendados pela ex-presidente Dilma, Temer sofreu repúdios por parte de lideranças desses blocos, como do presidente da Rússia, Putin. Porém, em discursos e pronunciamentos, Temer sinalizou a importância desses blocos e do trabalho desenvolvido por seus antecessores para o sucesso do Brasil no futuro próximo.

Nesse sentido, a tendência foi o retorno a antigos aliados e associações que permitam acesso ao poder e a condições que possam, eventualmente, levar à retomada das pretensões brasileiras. As relações Sul-Sul não foram ignoradas, assumiram menor dimensão nesse período. O fortalecimento das relações com países do Norte aconteceu sob a égide das organizações internacionais, mas deu prioridade sobre os parceiros até então percebidos.

Por fim, parte importante da análise é que a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 56 bilhões em todo ano de 2017, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Em todo o ano de 2016 as exportações somaram US\$179.5 bilhões. Já as importações somaram US\$ 158.9 bilhões em 2017.

<b>QUADRO 6: BALANÇA COMERCIAL (2017-2018)</b>			
<b>ANO</b>	<b>EXPORTAÇÃO</b>	<b>IMPORTAÇÃO</b>	<b>SALDO</b>
2017	214.988,1	158.951,4	56.036,7
2018	231.889,5	185.322,0	46.567,5

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2023).

As exportações cresceram [em 2017] após cinco anos. É algo realmente de se ressaltar. O aumento de 18,5% mostra esse crescimento extraordinário. Em valores absolutos, tivemos um crescimento de US\$ 32,5 bilhões. Desempenho decorrente tanto do crescimento do volume de exportações quanto do preço. Já as importações tiveram seu primeiro crescimento após três anos. Segundo o Ministro da Indústria, Marcos Pereira.

<b>QUADRO 7: EXPORTAÇÕES PARA ÁSIA/CHINA (2017 - 2018)</b>			
<b>ANO</b>	<b>BLOCO ECONÔMICO</b>	<b>PAÍSES</b>	<b>VALOR FOB (US\$)</b>
2018	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	China	\$63.929.563.241
2017	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	China	\$47.488.449.966

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2022).

O resultado está dentro das estimativas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que previa que o superávit comercial ficaria entre US\$ 65 bilhões e US\$ 70 bilhões. Apenas em dezembro, a balança fechou com saldo positivo de US\$ 4,99 bilhões. As exportações totalizaram US\$ 217,7 bilhões em 2017, com alta de 18,5% sobre 2016 pela média diária, o primeiro crescimento após cinco anos. A alta do ano passado, no entanto, foi insuficiente para retomar o recorde de exportações registrado em 2011, quando as vendas externas tinham somado US\$ 256 bilhões.

A balança comercial fechou o ano de 2018 com um superávit de US\$ 46,6 bilhões<sup>66</sup>, com destaque para a participação da China como principal destino das exportações

<sup>66</sup> Superávit positivo no ano de 2018, para acessar as informações desses dados, disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html) . Acesso às 15h04 min de 25 de abril de 2023.

brasileiras. Neste mesmo ano, a China deteve uma participação de 27,6%<sup>67</sup> das exportações brasileiras mais do que o dobro da participação dos Estados Unidos<sup>68</sup>.

É notável a importância da China para a economia brasileira, a anos influencia o fechamento da balança comercial, seja de modo positivo ou negativo, e isso é demonstrado ao longo deste trabalho por meio de textos, tabelas e gráficos. As exportações cresceram bastante nos principais setores da economia<sup>69</sup>, por exemplo, “o segundo principal produto exportado pelo Brasil é o óleo bruto de petróleo e a participação da China no total exportado passou de 44,2% para 57%, entre 2017 e 2018. Nas exportações de carne bovina, oitavo principal produto, o percentual da China foi de 18,3% em 2017, e de 27,2% em 2018.”<sup>70</sup>

Em suma, Michel Temer na época que saiu do poder com registros graves de impopularidade. No início de 2018, uma pesquisa do Ibope mostrou que 74% da população considera o governo Temer ruim ou péssimo e outros 88% desaprovam a maneira como o presidente governa o país. Parte dos caminhos que levaram Temer de vice à presidência da República foram expostos em maio de 2016, em áudio gravado de uma conversa entre o ex-senador Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. No áudio, eles falam que a “saída mais fácil” para “estancar a sangria” no país seria colocar Michel Temer na presidência, em um “grande acordo nacional”, “com Supremo, com tudo”.

Desde que assumiu a presidência, Temer sangrou direitos trabalhistas e sociais, limitou os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, aproximou o Brasil de volta ao mapa da fome. Sob a justificativa de modernização das leis trabalhistas e criação de novos postos de trabalho, Temer sancionou, em 2017, a terceirização para todas as atividades e a Reforma Trabalhista, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho em pontos como jornada, plano de carreira, remuneração e férias<sup>71</sup>. Segundo dados do IBGE, nesses dois anos

---

<sup>67</sup> A China ocupou o primeiro lugar no ranking das exportações brasileiras no ano de 2018, para acesso às informações desses dados, está disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso às 11h04 min de 26 de abril de 2023.

<sup>68</sup> A participação dos EUA no ano de 2018 teve um percentual de 12,4%. Para o acesso dessas informações, disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso às 12h34 min de 26 de abril de 2023

<sup>69</sup> Relatório de gestão de 2017 para auxiliar as informações expostas na próxima nota de rodapé, acesse o relatório para conferir os dados. Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/images/REPOSITORIO/aeci/auditorias/secretaria-e-xecutiva/2017/relatorio-de-gestao-se-2017.pdf>. Acesso às 13h10min de 26 de abril de 2023.

<sup>70</sup> Portal de notícias da FGV, disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/balanca-comercial-brasileira-atinge-valor-recorde-2017>. Acesso às 16h04min em 5 de setembro de 2022.

<sup>71</sup> Planalto (2020). Disponível em : [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso às 15h34min em 6 de setembro de 2022.

de governo Temer, o desemprego em agosto quando ele assumiu era de 11,9%<sup>72</sup> (Taxa de Desocupação) e ao fim do seu governo, em dezembro de 2018 era de 11,7%<sup>73</sup> (Taxa de Desocupação).

A navalha de Temer feriu também a realidade da juventude brasileira, com a Reforma do Ensino Médio, que, entre outras alterações, propõe a diminuição de conteúdos obrigatórios de ensino e extingue a necessidade de diploma técnico ou superior na área pedagógica para contratação de professores.

O cenário de horror desenhado pelo governo Temer foi agravado com a Proposta de Emenda Constitucional 241/55, que propõe o teto para investimentos públicos pelos próximos 20 anos. Encerrando seu governo, Temer ainda deixou para seu sucessor um pacote que prevê a privatização de 75 projetos e empresas estatais, entre eles a Eletrobras, a Casa da Moeda, a Lotex - Loteria Instantânea Exclusiva, aeroportos, ferrovias, rodovias, blocos de petróleo e áreas de pré-sal.

#### **4.4 O mercado sino-brasileiro do minério de ferro (2011-2018)**

O objetivo final deste trabalho é analisar o mercado do minério de ferro brasileiro. A produção mundial de minério de ferro tem como destino a indústria siderúrgica para a produção de ferro e de aço. O mercado de produtores de minério de ferro é muito concentrado, e podemos ver que os minérios de ferro são distribuídos principalmente na Austrália, Brasil, Rússia, China e Índia. Contudo, os países mais ricos em minério de ferro não são exatamente os maiores consumidores de minério de ferro.

O Brasil é um dos principais produtores mundiais de minério de ferro, minério este que é abundante no mundo, porém as jazidas concentram-se em poucos países, sendo que apenas cinco detêm 77% das ocorrências totais. O Brasil abriga 8,3% das reservas, a quinta maior do mundo, equivalente a 17 bilhões de toneladas. As reservas do Brasil e da Austrália apresentam o maior teor de ferro contido, da ordem de 60%.

---

<sup>72</sup> As informações dos dados do IBGE 2016, está disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continu-a-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continu-a-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso às 14h34min em 6 de setembro de 2022.

<sup>73</sup> Acesso às informações dos dados do IBGE 2018, está disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continu-a-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continu-a-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso às 14h40min em 6 de setembro de 2022.

O Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo, sendo que a China produz cerca de 21% e o Brasil, 19%. As maiores jazidas brasileiras estão em Minas Gerais, com 61,2% das reservas nacionais, Mato Grosso do Sul, com 28,1% e o Pará, com 10,4%. (CARVALHO, P. S. L. de, et al . 2014.)

Em relação ao comércio da mineração, as maiores empresas produtoras de minério de ferro no Brasil são: VALE (81,7%), SAMARCO (6,6%) CSN (2,9%), MMX (1,03%), NAMISA (0,9%) e outras empresas (6,8%) (PEREIRA, 2012). Sobre a produção e faturamento do minério de ferro no Brasil, nos dados recentes de 2021, o ferro obteve faturamento de R\$ 249,8 bilhões, aumento de 80% em relação ao ano de 2020, os preços elevados das commodities foram os principais motivos dos aumentos no faturamento por substância (IBRAM, 2022).

Em questão de comparação a outros do setor mineral, em 2021, o minério de ferro foi responsável por 74% do faturamento, seguido pelo ouro (8%) e cobre (5%) (IBRAM, 2022). A respeito do comércio exterior deste produto, houve no ano de 2021 o aumento de 73% em US\$ e 4,7% em toneladas, as exportações de minério de ferro em 2021 totalizam US\$ 44,6 bilhões, e em 2020, US\$ 25,7. Em toneladas, as exportações aumentaram 4,7% (357,7 milhões de toneladas, ante 341,6 milhões de toneladas em 2020) (IBRAM, 2022). Dando continuidade no mercado internacional do ferro, no ano de 2021 o principal destino das exportações foi a China (61%) (IBRAM, 2022).

No território brasileiro as principais regiões produtoras de minério de ferro – o Quadrilátero Ferrífero, a Província Mineral de Carajás e a região de Corumbá – contêm depósitos em rochas constituintes de FFB, chamadas no país de Itabirito (CARVALHO, P. S. L. de, et al . 2014.). A Serra dos Carajás<sup>74</sup> é outro local de referência para exploração de minérios, localizada no sudeste do estado do Pará foi descoberta em 1967, começou a ser explorada em 1985 e possui o minério de ferro com mais alto teor de todo o planeta<sup>75</sup>, além de ser a maior mina do país, essas minas possuem reservas de aproximadamente 16 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor, uma capacidade de produção de 100 milhões de toneladas por ano (Mta) (QUARESMA, 2009). A evolução dos recursos econômicos mostrou grande avanço de 1960 a 1980 com a mudança do perfil de aproveitamento na exploração do minério de Minas Gerais, onde passou-se a explorar minérios mais finos, e após a descoberta da província mineral de Carajás do Pará (QUARESMA, 2009).

---

<sup>74</sup> Operada pela Vale em Parauapebas (PA).

<sup>75</sup> O teor de ferro nas minas de carajás é em torno de 67%Fe (QUARESMA, 2009).

Atualmente a indústria fornecedora mundial de minério de ferro caracteriza-se “Super Majors” ou “Big Three”, Vale do Brasil, Rio Tinto e BHO Billitin da Austrália, maiores produtoras mundiais de minério de ferro, essas empresas destacam-se por diversas vantagens competitivas que possuem, tais como escala de operação, acesso a minério de ferro de qualidade e logística otimizada (PEREIRA, 2012). O oligopólio caracteriza-se pelo formato concentrado em um pequeno número de empresas, com ganhos de escala em relação a potenciais concorrentes, integração vertical das firmas já estabelecidas e capacidade de influenciar na quantidade e/ou no preço praticado, quando feito de maneira organizada entre os vendedores. No caso do minério de ferro, o alto custo do investimento em bens de capital e financeiro demanda produções em larga escala, visando a redução do custo unitário.

A principal empresa produtora brasileira é a Companhia Vale do Rio Doce, com a atual denominação de VALE possui complexos de mineração no Estado do Pará, no Estado de Minas Gerais e no Estado de Mato Grosso do Sul (QUARESMA, 2009). No Brasil, a empresa Vale se destaca na produção de minério que respondeu pela parcela de cerca de 80% da produção total, a empresa é a maior produtora desta *commodity* no mundo (XIAOWEN, 2020). A empresa Vale foi se consolidando no cenário internacional no comércio de minério de ferro e as relações comerciais com a China, é destaque:

Em 2006, a Vale se tornou a maior fornecedora global de minério de ferro para a China (VALE, 2006). Entre 2002 e 2006, os embarques de minério da Vale para a China quase quadruplicaram, passando de 20 milhões para 75,7 milhões de toneladas (VALE, 2013). Foi então que a China se tornou o principal parceiro da empresa, ultrapassando as vendas para o mercado interno (XIAOWEN, 2020).

É notável nos textos acima a importância da China para o setor mineral do Brasil, em específico ao objeto de análise o produto de minério de ferro. A parceria que se estabeleceu entre a China e o Brasil no longínquo ano de 1881 com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, só ganhou importância expressiva para ambos os países a partir da entrada da China na OMC, em novembro de 2001, pois até então o total de exportações brasileiras para a China alcançava apenas pouco mais de 1 bilhão de dólares, aproximadamente 1,9% do total das exportações brasileiras. Ter a China como parceiro comercial, estreitando os laços “Sul-Sul”, foi determinante para o aumento da participação brasileira no comércio internacional.

Em 2003, o Brasil era responsável por 1% de todas as exportações mundiais, em 2012 o país era responsável por 1,4%. Parece pouco, e seria, se o total de exportações mundiais em

dólares não tivesse subido 143% neste mesmo período<sup>76</sup>. A China, neste mesmo período, deixou de ser o terceiro maior destino das exportações brasileiras e passou a ser a primeira, deixando para trás Estados Unidos e Argentina. O mesmo aconteceu com as importações brasileiras, se em 2003 a China era somente o quinto maior mercado de importações brasileiras, a partir de 2012 ela se consolida em primeiro lugar.<sup>77</sup>

Essa evolução do comércio brasileiro com os demais países se deu de maneira bastante positiva, conforme já destacado, os preços de commodities como soja e minério de ferro tiveram seus preços ampliados na década de 2000, o que ajudou a mitigar os efeitos causados nas trocas entre uma economia basicamente primário exportadora e os países fornecedores de bens manufaturados.

Se as commodities contaram com aumento significativo dos seus preços na primeira década dos anos 2000, o mesmo não vem ocorrendo no governo Dilma. Após atingir o pico em 2011, com 92% de aumento com relação ao ano de 2005, o preço das commodities (considerando combustíveis e não combustíveis) vem caindo e a tendência é que essa queda se acentue nos próximos anos. Essa relação se fortaleceu, principalmente, durante o governo dos presidentes Lula (2003 – 2011), e sua sucessora Dilma Rousseff (2011 – 2016) (PIRES, J; ANDRÉ, F., 2015).

Esses períodos coincidem, exatamente, com a expansão das exportações de minério de ferro realizadas para a China, em que se exclui o período da crise mundial de 2008 (RHYS, 2012). Em 2012 a variação dos preços das commodities agregado caiu 3,3%, no ano de 2013 a queda foi de 1,5% e, no período em questão a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2014 é que novamente teria uma queda nos preços, desta vez de 1,4% (PIRES, J; ANDRÉ, F., 2015). No entanto, se o fortalecimento da parceria estratégica<sup>78</sup> com a China foi importante para o comércio exterior brasileiro, este acabou por se tornar muito mais dependente dessa nação.

O mercado de minério de ferro recebeu uma forte influência do acelerado crescimento mundial puxado pela China na última década, passando a ser um produto altamente lucrativo e despertando o interesse de diversos novos entrantes na produção. Primeiro, a China é um

---

<sup>76</sup> Dados da OMC, tais informações estão disponíveis em: [www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/statis\\_e.htm#stats](http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm#stats). Acesso às 17h53min em 25 de setembro de 2022.

<sup>77</sup> Ministério da Economia. “Produtividade E Comércio Exterior.”. Disponível em: [www.gov.br/produtividade-e-comercio-externior/pt-br](http://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externior/pt-br). Acesso às 17h45min em 25 de setembro de 2022.

<sup>78</sup> A expressão “parceria estratégica” foi aplicada à relação bilateral do Brasil com a China durante o governo Itamar Franco (1992-1995), na primeira gestão do embaixador Celso Amorim como ministro das Relações Exteriores, tal expressão foi empregada pela primeira vez pelo primeiro-ministro chinês Zhu Rongji em 1993 (FERREIRA, 2013: 67).



grande país siderúrgico e tem uma enorme demanda pelo minério de ferro devido à sua urbanização constante.

Essa influência deve-se ao constante crescimento dos chineses, já que o país chinês com seu grande crescimento na área industrial cada dia mais tem a necessidade de consumir um produto de qualidade, como pudemos observar anteriormente o minério extraído em seu país tem a concentração de ferro muito baixo por tonelada, inviabilizando e encarecendo seus custos de produção. Com tudo pudemos observar que sua produção para uso interno tem diminuído, em contrapartida a importação do insumo vem aumentando entre os anos de 2006 ao ano de 2015 tendo aumento de 60%, pois os países que contêm maior concentração de ferro por tonelagem buscam sempre estar em competitividade e fornecendo melhor custo ao seu cliente (LOPES, 2014).

As indústrias chinesas necessitam tanto do produto minério de ferro, e assim sendo tornou-se a China o maior comprador de minério de ferro do Brasil chegando em 59% de todo insumo exportado durante os anos de 2019, cerca de 13,19 bilhões de dólares (valor FOB), (FAZCOMEX, 2021b). Como uma forma para analisar as exportações dessa *Commodity* nota-se a tabela 8 abaixo:

<b>QUADRO 8: PORCENTAGEM DE EXPORTAÇÕES DE MINÉRIOS DE FERRO ENTRE BRASIL- CHINA (2015-2018)</b>		
<b>SEMESTRE/ANO</b>	<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%)</b>
1/2015	China	30,40%
2/2015	China	36,30%
1/2016	China	34,80%
2/2016	China	41,10%
1/2017	China	41,80%
2/2017	China	39,90%
1/2018	China	41,10%
2/2018	China	42,60%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2022)<sup>79</sup>

As reservas brasileiras de minério de ferro também são muito ricas, o Brasil foi o maior exportador de minério de ferro no mundo por muito tempo e esta situação foi interrompida pela Austrália em 2008, como demonstrado nos textos acima temos no território brasileiro excelentes condições para a exportação de minério de ferro. A maioria das reservas

<sup>79</sup> Os dados foram extraídos da Agência Nacional de Mineração (ANM) (2022), foram utilizados os informes trimestrais dos anos 2011 a 2018.

de minério de ferro é de alta qualidade, com boas propriedades químicas e poucas impurezas prejudiciais.

<b>QUADRO 9: PREÇOS MÉDIOS DO FERRO (2011-2018)</b>				
<b>COMMODITY</b>	<b>ANO</b>	<b>PREÇO MÉDIO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VARIAÇÃO ANO ANTERIOR</b>
Ferro	2011	167,75	USD/t métrica seca	15,01%
Ferro	2012	128,5	USD/t métrica seca	-23,40%
Ferro	2013	135,36	USD/t métrica seca	5,34%
Ferro	2014	96,95	USD/t métrica seca	-28,37%
Ferro	2015	55,85	USD/t métrica seca	-42,39
Ferro	2016	58,42	USD/t métrica seca	4,60%
Ferro	2017	71,76	USD/t métrica seca	22,83%
Ferro	2018	69,75	USD/t métrica seca	-2,80%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2022).<sup>80</sup>

Ao se analisar o quadro 8, é destaque que as exportações do minério de ferro para a China, obtiveram números péssimos ao se notar nos gráficos uma queda brusca nas exportações do produto e que voltou a subir no ano de 2015. Nos anos seguintes, devido ao preço médio do ferro elevado, os fluxos de exportações elevaram-se, demonstrando a ligação entre ambos.

Retomando a introdução deste trabalho, foram expostas dúvidas acerca das causas e consequências das altas e baixas dos informes econômicos das balanças comerciais e das exportações, tendo como foco o minério de ferro do Brasil comercializado com a China. Nesse sentido, é importante salientar o marco temporal trabalhado nessa pesquisa e, com isso, vimos que no ano de 2015 o Brasil teve a baixa das exportações de minério de ferro mais grave dos anos estudados.

<sup>80</sup> Os dados foram extraídos da Agência Nacional de Mineração (ANM) (2022), foram utilizados os informes trimestrais dos anos 2011 a 2018 e a Tabela de Preços Internacionais das Principais Commodities Minerais.

Os embarques de minério de ferro foram os mais afetados no ano passado, apresentando leve crescimento no volume exportado (3%), ainda que o valor das operações tenha sido 48% menor do que o verificado no mesmo período de 2014, refletindo a forte queda no preço internacional do produto. Com o resultado desse fenômeno, a participação do minério de ferro na pauta de exportação do Brasil para a China passou de 30,3% em 2014 para 18,1% em 2015. (CEBC ALERTA, 2016, p.1)

Por fim, os preços do minério de ferro caíram no mercado internacional de maneira generalizada no mesmo período de tempo dos anos de 2011 a 2016, com a análise dos gráficos nota-se o preço médio em 2011 de 160 dólares e a média de 55 dólares no final desse período. No período dos anos de 2017 e 2018, o primeiro ano registra a média de preço era 71 dólares e o ano seguinte a média de 69 dólares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com intuito de analisar as relações econômicas entre o Brasil e a China, tendo como foco a balança comercial dos dois países e os dados de exportação do produto de minério de ferro, para isso o corte temporal usado abarca os anos de 2011 a 2018, no qual se enquadra nos governos Dilma Rousseff e o Michel Temer.

A escolha desse tema, portanto, se deu na compreensão e análise dessas relações entre os países e a importância para a economia nas exportações do minério de ferro. Essa análise foi feita ao longo dos três capítulos, utilizando os dados do sistema Comex Stat; Comex Vis, portais de dados do IBGE e Banco Mundial, além dos dados da agência nacional de mineração.

É desse modo que a trajetória para apresentar o tema é feita em ordem cronológica, tornando o entendimento do leitor mais prático. E assim o trabalho se divide na introdução e mais três capítulos. No primeiro capítulo desenvolveu-se a base desse trabalho, o começo dessas relações sino-brasileiras, e de qual maneira os acontecimentos relevantes para a pesquisa ocorreram para a intensificação dos acordos e das relações entre os países, na década de 70 e o ápice atingido no ano de 2009, ao ponto da China chegar a ser o maior parceiro comercial do Brasil. Neste mesmo capítulo, é retratado a realidade econômica de cada país e como se transformou ao longo das últimas décadas, e por fim a evolução da parceria dos países após os anos 2000.

Em seguida, no segundo capítulo, desenvolveu-se o debate dos motivos da maior presença da China na América Latina, especificamente o Brasil. Nesses motivos, é analisada a estratégia de *Soft power* e de qual maneira foi utilizada pelos chineses. Além disso, a pesquisa traz os conceitos da cooperação sul-sul e sua crescente na última década.

Por fim, no terceiro capítulo, ocorre uma análise dos dois governos que é proposto para o trabalho, essa análise tendo o foco na política externa do Brasil com a China, no sentido nós superávit ou déficit da balança comercial e as crescentes ou decadência nas exportações e importações, entre os países, além disso, os acontecimentos relevantes em cada período e as situações econômica e nesses dois períodos de tempos. O encerramento do capítulo, no qual é o objeto final de análise da pesquisa, é sobre as exportações do minério de ferro e os motivos da alta e baixa nos informes econômicos de exportações para os chineses, e é demonstrando a influência do mercado internacional do ferro com a baixa das exportações do mineiro em questão.

Dando sequência, ao fim da análise das tabelas do capítulo 2 e capítulo 3 tem por base a causa das baixas de exportações da *commodity* em questão, de que o preço médio do ferro no mercado internacional influencia a venda das empresas mineradoras brasileiras e assim afetou o mercado interno, com as empresas vendendo menos devido ao preço baixo e assim sendo o fluxo comercial da balança comercial entre os dois países caindo como exposto nas tabelas no capítulo citado acima.

Pois, no que diz respeito às exportações gerais do Brasil e China, no período dos anos de 2011 a 2016 foram mais de 241 bilhões de dólares e nos anos de 2017 a 2018 foram mais de 110 bilhões. Ao se focar para o minério de ferro, foram exportados para a China no mesmo período a média de mais 4 bilhões, números péssimos ao se notar nos gráficos uma queda brusca nas exportações do produto e que voltou a subir no ano de 2015.

O seguinte período de anos de 2017 a 2018 foram de mais 704 milhões de dólares, esses últimos números são devido à Vale, maior exportadora de minério de ferro do mundo e responsável por grande parte das vendas externas da *commodity* do Brasil, previu produzir 390 milhões de toneladas em 2018, o que seria um aumento de cerca de 6,5 por cento ante 2017.

É importante ressaltar que este estudo não busca encerrar o debate das relações sino-brasileiras e como elas são conduzidas nos últimos anos, e sim para auxiliar ainda mais os estudos da política externa brasileira.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. “Ditadura Militar e Democracia No Brasil: História, Imagem e Testemunho”. Publicado em 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo\\_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar\\_-\\_versao-final.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar_-_versao-final.pdf). Acesso às 10h50min de 11 de maio de 2023.
- ANDRADE, E. O. “A revolução chinesa” . In: Carlos Alberto Sampaio Barbosa. (Org.). As revoluções contemporâneas paradigmáticas. 1 edição. MARINGÁ: EDITORA URM/PGH, 2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4471028/mod\\_resource/content/1/A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20chinesa%20de%201949.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4471028/mod_resource/content/1/A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20chinesa%20de%201949.pdf). Acesso às 20h20min em 9 de maio de 2023
- AYLLÓN, Bruno. (2007). “La Cooperación Internacional para el desarrollo - fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales”. Carta Internacional, v. 2, n. 2. NUPRI/USP. pp. 32-47.
- ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva; VIEIRA, José Ricardo Martins. “A evolução do setor mineral no Brasil e no mundo: uma visão geral”. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 3, p. [22]-46, mar. 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/527732> . Acesso às 16h28min em 05 de maio de 2023.
- BALASSIANO, Marcel. “Recessão Brasileira (2014-2016): Uma Análise por Meio do Método do Controle Sintético do PIB, PIB per capita, Taxa de Investimento e Taxa de Desemprego”. P. 2-20. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files\\_I/i4-e40f41cc1badaf4207dc9dc7f5823cc8.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_I/i4-e40f41cc1badaf4207dc9dc7f5823cc8.pdf) . bastos. Acesso em: 7 de novembro de 2022.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, e Célio Hiratuka. “A Política Econômica Externa Do Governo Dilma Rousseff: Comércio, Cooperação E Dependência”. Publicado em 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3535/TD306.pdf> . Acesso em: 02 de maio de 2023.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. “O QUE ESPERAR DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA?”. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n., p. 31-44, nov. 2011.
- BUZAN, Barry. “A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. International Relations” . Vol. 25, n. 3, 2011.
- CARIO. A. F. S. “A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini” . Disponível em: <http://apec.pro.br/rce/index.php/rce/article/view/76/56> . Acesso às 16h67min em 8 de maio de 2023.
- CARVALHO, P. S. L. de, et al. “Minério de ferro” . BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 39, p. 197-233, mar. 2014. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/4802> . Acesso às 16h49min 5 de maio de 2023.
- CARLEIAL, Liana Maria Da Frota. “Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff” . Estudos Avançados [online]. 2015, v. 29, n. 85, pp. 201-214. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014> . Acesso às 14h11min em 19 de maio de 2023.
- CEBC- COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA- 2016. N°48. Disponível em: [https://www.cebc.org.br/sites/default/files/cebc\\_alerta\\_ed\\_48\\_xpr.pdf](https://www.cebc.org.br/sites/default/files/cebc_alerta_ed_48_xpr.pdf) . Acesso em 26 de outubro de 2022.
- CERVO, Amado L; LESSA, Antônio C. “O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)” . Publicado pela Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n.2, p.133-51. 2014.
- CORNETET, João M. C. “As políticas externas de Lula da Silva e de Dilma Rousseff: uma análise comparativa.”. 53p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre. 2014, A.

CORNETET, João Marcelo Conte. “A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: CONTENÇÃO NA CONTINUIDADE”. Publicado pela Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014, B.

CORSI, F. “A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão”. Publicado pela Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 153–165, 2016. DOI: 10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09. p153. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8495> . Acesso em: 3 de maio de 2023.

DANESE, Sérgio. “Diplomacia presidencial: história e crítica” . 2. ed. rev. – Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/diplomacia-presidencial.pdf> . Acesso às 12h02min de 11 de maio de 2023.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES (Dipex) e Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional (ACI). “A importância do multilateralismo nas Relações Internacionais no atual contexto” . Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/assets/projetos/1084/3587df7c3e79cfc49cdb7a03261899fe.pdf> . Acesso às 13h34min 3 de maio de 2023.

FARAGE, Eblin. “Veja fatos que marcaram os dois anos do governo Temer”. Publicado em 15/05/2018 - 09:00 Por Agência Brasil - Brasília. - Comentários do Eblin Farage, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer> . Acesso às 12h33min em 12 de maio de 2023.

FALCÃO, J; ARGUELHES, D. W; PEREIRA, T. “*Impeachment* de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo”. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

FIGUEIRA, Ariane R. Introdução à Análise de Política Externa: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 1, p. 3-15

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso Carlos Corrêa. “ESPECIAL NEGÓCIOS INTERNACIONAIS/ BRASIL E CHINA”. Publicado pela USP em setembro de 2006. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/download/34246/33055](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/download/34246/33055). Acesso às 10h53min de 11 de maio de 2023.

FUNAG. “BRASIL E CHINA: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos”. LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (organizador). – Brasília, publicado em 2016. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-202-brasil\\_e\\_china\\_40\\_anos\\_de\\_relacoes\\_diplomaticas\\_analises\\_e\\_documentos](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-202-brasil_e_china_40_anos_de_relacoes_diplomaticas_analises_e_documentos). Acesso às 16h40min 4 de maio de 2023.

GIL, Antônio Carlos. “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUERRA, Alessandra; DE JESUS, Amanda; MARTINS, Maria. “DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO E O IMPACTO DO COVID-19 NO SETOR MINERAL”. FATEC MOGI DAS CRUZES. MOGI DAS CRUZES/SP - BRASIL 18 E 19 DE JUNHO DE 2021. ISSN 2357-9684. pp. 4-13. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2021/parte4/420-501-1-RV.pdf> . Acesso em 7 de novembro de 2022.

HIRATUKA, C. SARTI, F. TEMPO DO MUNDO. “Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro” . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – v. 2, n, 1, (jan. 2016). Brasília: IPEA, 2016.

IBRAM. “Setor Mineral 2021.”. 1 de fevereiro de 2022, disponível em: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Apresentacao-Coletiva-de-Imprensa-resultados-2021-01022022-versao-01-de-fevereiro.pdf> . Acessado às 16h38min em 4 de maio de 2023.

JABBOUR, E.; DANTAS, A.. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. Nova Economia, v. 30, n. 3, p. 1029–1051, set. 2020.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; RIBEIRO, Mikelli Marzzini L. A.; LYRA, Mariana P. O. de (org.). Temas de política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares. Palmas: Eduft, 2020. 118 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2531>. Acesso às 18h25min em 23 de maio de 2023.

LATIFF, Zeina. “Veja fatos que marcaram os dois anos do governo Temer” . Publicado em 15/05/2018 - 09:00 Por Agência Brasil - Brasília. - Comentários da economista Zeina Latiff. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer> . Acesso às 12h33min em 12 de maio de 2023

LOPES, M. *et al.* “Análise da Competitividade das Exportações Brasileiras de Soja em Grão e de Minério de Ferro para a China (1999-2012)” . Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 9, n. 1, 2014.

MARINI, R. M. “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora, em Tres ensayos sobre América Latina”. Ed. Anagrama, Barcelona, 1973 [1972].

MANZUR, T. M. P. G. “A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio” . Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. Lua Nova, 2014 (93), p. 169–199, setembro. 2014.

MONTORO FILHO, André Franco et al. “Manual de economia” . Coordenadores Diva Benevides; Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. - 2. ed., 4a. tiragem - São Paulo: Saraiva, 1996.

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. “Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior” . Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/> . Acesso às 14h15min em 19 de maio de 2023.

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. “Balança bate recorde em 2016 com superávit de US\$ 47,7 bilhões” . - Comentários do Abrão Neto, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/noticias/mdic/balanca-bate-recorde-em-2016-com-superavit-de-us-47-7-bilhoes#:~:text=Bras%C3%ADlia%20\(2%20de%20janeiro\)%20%E2%80%93bilh%C3%B5es%2C%20melhor%20resultado%20da%20hist%C3%B3ria](https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/noticias/mdic/balanca-bate-recorde-em-2016-com-superavit-de-us-47-7-bilhoes#:~:text=Bras%C3%ADlia%20(2%20de%20janeiro)%20%E2%80%93bilh%C3%B5es%2C%20melhor%20resultado%20da%20hist%C3%B3ria). Acesso às 12h15min em 12 de maio de 2023.

MENDES, Carmen Amado. “Dinâmicas regionais de política energética chinesa: Ásia Central, África e América Latina” . Revista portuguesa de estudos chineses, Lisboa, 2009. Disponível em: [https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/21193/1/2009\\_CAM\\_Pol\\_Energetica\\_Ch\\_REVISTA\\_ESTUDOS\\_CHINESES\\_5.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/21193/1/2009_CAM_Pol_Energetica_Ch_REVISTA_ESTUDOS_CHINESES_5.pdf) . Acesso em: 7 de novembro de 2022.

MIKHAILOVA, I. “Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das Relações Bilaterais”. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 308–335, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2702> . Acesso às 14h14min em 19 de maio de 2023.

NYE, Joseph. “Soft Power - the means to success in World Politics”. Nova Iorque, publicado em 2004.

OLIVEIRA, Camila Aparecida. et al. “Relação China-Brasil e a Teoria Da Dependência”. Publicado em 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/26752/1/TCC%20-%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20China-Brasil%20e%20a%20Teoria%20da%20Depend%C3%Aancia.pdf> . Acesso às 10h20min em 9 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Henrique A. de. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005. Cap. 1, p. 1-23.

PEREIRA, Suzana de Ávila Cortes. “O Mercado de Minério de Ferro”. Publicado em junho de 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9CAFWS/1/monografia\\_ceermin\\_\\_\\_o\\_mercado\\_de\\_minerio\\_de\\_ferro.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9CAFWS/1/monografia_ceermin___o_mercado_de_minerio_de_ferro.pdf). Acessado às 16h46min de 4 de maio de 2023.



PECEQUILO, Cristina Soreanu, e Corival Alves do Carmo. “A China, O Sistema Internacional E O Sul: Ascensão Pacífica? / China, the International System and the South: Peaceful Rise?” *Brazilian Journal of International Relations*, vol. 3, no. 1, publicado em 24 de abril de 2014. P. 31–69. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2014.v3n1.p31-69> . Acesso às 15h23min de 9 de maio de 2023.

PINI, André Mendes. “A Crescente Presença Chinesa Na América Latina: Desafios Ao Brasil”. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6473> . Acesso às 10h39min em 11 de maio de 2023. de abril de 2023.

PIRES, Julio Manuel; FERNANDES, Galhardo André. “Caminhando em círculo: idas e vindas da política econômica do governo Dilma”. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política*, v. 26, n. 1(47), 2015.

POMAR, Wladimir. “A Revolução Chinesa”. São Paulo: Editora UNESP, 2003. - (Coleção Revoluções do século XX/ direção de Emília Viotti da Costa).

QUARESMA, L.F. “Relatório Técnico 18 – Perfil da Mineração de Ferro – 2009”. MME, Ministério de Minas e Energia, Brasília, DF.

RIBEIRO, Antônia De Jesus Araújo. “Política externa brasileira no governo Dilma Rousseff: análise econômica com foco na política externa”. UNINTER, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/216> . Acesso às 10h15min em 12 de maio de 2023.

RODRIGUES, Gabriela Oliveira. “A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: Superexploração da Força de Trabalho e Subimperialismo na integração capitalista mundial da América Latina” . [s.l: s.n.], 2015. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Comunicacoes/122.pdf>. Acesso às 11h19min de 9 de maio de 2023.

ROUSSEFF, Dilma. “Discurso da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, durante a cerimônia de posse no Congresso Nacional” . In: BRASIL. MRE. Diplomacia pública: discursos e entrevistas. Brasília, 01 jan.2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional> . Acesso às 10h27min em 12 de maio de 2023

RHYS, J. “China and Brazil: economic impacts of a growing relationship”. *Journal of Current Chinese Affairs*, Hamburgo, v. 41, n. 1, p. 21-47, 2012.

REIS, Raissa; RESENDE, Taciana. “Bandung, 1955: Ponto de Encontro Global.” *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, vol. 26, no. 42, 2019, pp. 309–332. Disponível em: [www.redalyc.org/journal/5940/594062673009/html/](http://www.redalyc.org/journal/5940/594062673009/html/). Acesso às 10h34min em 2 de maio de 2023.

RUTES, Marina, 2016, p. 223. “A atuação do Brasil no âmbito das relações Sul-Sul, durante os governos “Lula”, na condição de uma “potência média” ”. In: Organizadores, GRANDO, Paulo e OLIVEIRA, Paulo; Autores: SANTOS, Tom; Et al. *Relações Internacionais Contemporâneas: teorias, olhares e interpretações sobre a complexidade do mundo*. UNIVALI, 2016. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202016%20RELA%20C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS%20CONTEMPOR%20C3%82NEAS%20TEORIAS,%20OLHARES%20E%20INTERPRETA%20C3%87%C3%95ES%20SOBRE%20A%20COMPLEXIDADE%20DO%20MUNDO.pdf> . Acesso às 15h34min em 10 de maio de 2023.

RUSSEL, R. *Política exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos Aires: GEL, 1990.

SOUZA E SILVA, Guilherme Ricardo dos Santos; CURADO, Marcelo Luiz. “Estado de Confiança e Política Econômica Anticíclica em um Modelo Macroeconômico Keynesiano”. *Análise Econômica*, UFRGS, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 53-71, jun. 2019. DOI: [dx.doi.org/10.22456/2176-5456.72408](https://doi.org/10.22456/2176-5456.72408). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/download/72408/53565/390029> . Acesso às 10h55min de 12 de maio de 2023.

VALE. “Mineração”. Disponível em: [www.vale.com/brasil/pt/business/mining/paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/paginas/default.aspx) . Acesso em 26 de outubro de 2022.

WILHELMY, Manfred. Política Internacional: enfoques y realidades. Buenos Aires: GEL, 1988.

XIAOWEN, Wang. “Uma análise do comércio de minério de ferro entre a China e o Brasil: contexto, fatores de influência e perspectivas”. Ufrgs.br, 2020.

**APÊNDICE A – FONTES E DADOS ECONÔMICOS**

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO- 2022. “Tabela de Preços Internacionais das Principais Commodities Minerais”. Disponível em:  
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOWNiZTEwODAtOWEwMC00M2I2LWI3MmUtM2M0NWEzY2E4ZmM4IiwidCI6ImEzMDgzZTIxLTc0OWItNDUzNC05YWZhLTU0Y2MzMTg4OTdiOCJ9&pageName=ReportSection2eb4a3d630e592ed6093> . Acesso em 9 de setembro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2018, 2 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2018-2o-semester-1/@@download/file> . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2018, 1 Semestre”. Disponível em:  
[https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe\\_mineral\\_1\\_2018.pdf/@@download/file](https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe_mineral_1_2018.pdf/@@download/file) . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2017, 2 Semestre”. Disponível em:  
[https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe\\_mineral\\_2\\_2017/@@download/file](https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe_mineral_2_2017/@@download/file) . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2017, 1 Semestre”. Disponível em:  
[https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe\\_mineral\\_1\\_2017/@@download/file](https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe_mineral_1_2017/@@download/file). Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2016, 2 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2016-2o-semester/@@download/file>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2016, 1 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2016-1o-semester/@@download/file>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2015, 2 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2015-2o-semester/@@download/file>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2015, 1 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2015-1o-semester/@@download/file>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2014, 2 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2014-2o-semester/@@download/file>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2014, 1 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2014-1o-semester/@@download/file>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2013, 2 Semestre”. Disponível em:  
<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe->

mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2013-2o-semester/@ @download/file . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2013, 1 Semestre”. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2013-1o-semester/@ @download/file> . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2012, 2 Semestre”. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2012-2o-semester/@ @download/file> . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2012, 1 Semestre”. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2012-1o-semester/@ @download/file> . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2011, 2 Semestre”. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2011-2o-semester/@ @download/file> . Acesso em 26 de outubro de 2022.

ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-2022. “Informe mineral 2011, 1 Semestre”. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe-mineral-2011-1o-semester/@ @download/file> . Acesso em 26 de outubro de 2022.

BANCO MUNDIAL. PIB do Brasil. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/StartYear/1990/EndYear/2020/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD> . Acesso às 13h23 em 03 de maio de 2023.

BANCO MUNDIAL. PIB da China. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1992/EndYear/2020/TradeFlow/Export/Partner/WLD/Indicator/XPRT-TRD-VL> . Acesso às 13h20 em 03 de maio de 2023.

BANCO MUNDIAL. Exportações da China. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1992/EndYear/2020/TradeFlow/Export/Partner/WLD/Indicator/XPRT-TRD-VL> . Acesso às 13h33 em 03 de maio de 2023.

BANCO MUNDIAL. Importações do Brasil. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/StartYear/1990/EndYear/2020/TradeFlow/Import/Partner/WLD/Indicator/MPRT-TRD-VL#> . Acesso às 09h17min em 04 de abril de 2023

BANCO MUNDIAL. Exportações do Brasil. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/StartYear/1992/EndYear/2020/TradeFlow/Export/Partner/WLD/Indicator/XPRT-TRD-VL> . Acesso às 13h30 em 03 de maio de 2023.

IBGE. Inflação Brasileira (2003-2010). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?edicao=20932&t=series-historicas> . Acesso às 10h10min em 15 de abril de 2023

IBGE. Inflação Brasileira (2011-2016). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?edicao=20932&t=series-historicas> . Acesso às 10h30min em 15 de abril de 2023

MDIC, COMEX VIS. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>, acesso em: 28 de março de 2022.

MDIC, COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>, acesso em: 28 de março de 2022.